Goldman Sachs

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000

CNPJ nº 04.332.281/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Apresentação

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Contexto Econômico

A atividade econômica real permaneceu notavelmente resiliente durante o 1º trimestre até o 3º trimestre de 2022. No entanto, as perspectivas macroeconômicas para o Brasil em 2023-2024 permanecem desafiadoras. Após ter atingido o nível de dois dígitos, a inflação desacelerou, impulsionada principalmente por grandes cortes nos impostos sobre combustíveis e cortes significativos nos preços da gasolina no segundo semestre de 2022. Espera-se uma inflação moderada, permanentemente acima da meta ao longo de 2023, e convergindo para próximo da meta apenas em 2024. A taxa SELIC está atualmente em 13,75% a.a., um nível restritivo. Uma janela para cortes moderados da taxa de juros deve abrir no terceiro trimestre de 2023, mas a orientação da política monetária deve continuar em território restritivo ao longo de 2023 e 2024. A eleição do ex-presidente Lula, em uma eleição extremamente polarizada, seguida por declarações percebidas como inconsistentes do ponto de vista da sustentabilidade fiscal de médio-longo prazo, e questionamentos públicos sobre a atual estrutura da política monetária (Banco Central autônomo e metas de inflação) estão mantendo a incerteza política alta. As vulnerabilidades fiscais permanecem no centro da agenda política doméstica e das preocupações dos investidores. A dinâmica fiscal - saldo primário e dívida - melhorou em 2021-22, no entanto, devido em sua maior parte por fatores cíclicos, ao invés de fatores estruturais. Esperamos que a dinâmica fiscal e da dívida pública se deteriore novamente em 2023. Nosso cenário-base assume que não haverá progresso tangível nas já atrasadas reformas estruturais e uma deterioração gradual do mix de políticas macro e micro.

Mudando para um nível de crescimento abaixo da tendência. O PIB real durante o 1º trimestre até o 3º trimestre de 2022 se beneficiou da rápida melhora do mercado de trabalho, forte recuperação dos setores de serviços afetados pela Covid e estímulo fiscal significativo. No entanto, espera-se que alguns fatores gerem ventos contrários a essa dinâmica de crescimento no primeiro semestre de 2023, como: retornos marginais decrescentes advindos da reabertura econômica, condições monetárias e financeiras restritivas, altos níveis de endividamento das famílias, incerteza política, deterioração do sentimento dos consumidores e das empresas, a incipiente reviravolta no ciclo de crédito e, por fim, impulsos mais fracos provenientes do cenário externo. Como resultado, esperamos que o PIB cresça modestos 1,2% em 2023, com o risco maior sendo de vir um indicador mais fraco que o da nossa estimativa.

A inflação deve moderar, mas permanecer acima da meta de inflação. A dinâmica da inflação continua desafiadora, dadas as disseminadas pressões do núcleo de inflação e da inflação de serviços em um cenário de mercado de trabalho apertado, expansão fiscal considerável em 2023 (possivelmente até depois de 2023) e nova tendência ascendente das expectativas de inflação para 2023-24. Além disso, a inflação pode se mostrar inercial/duradoura devido à intensificação dos antigos mecanismos de fixação de preços e salários (com reajuste de contratos salariais indexados e incorporando ajustes do custo de vida). A inflação medida pelo IPCA atingiu um pico de 11,9% acumulada em doze meses em Jun/22, atenuando para 5,8% ao final de 2022, e deve permanecer neste nível acima da meta até o final de 2023. Em termos gerais, espera-se que 2023 seja um ano de transição para resultados de inflação mais moderados em 2024.

Condições monetárias continuam restritivas. Diante do desafiador cenário inflacionário atual e prospectivo, além das crescentes expectativas de inflação, o Copom elevou a taxa SELIC em 725 pontos-base em 2021 e adicionais 425 p.b. em 2022, desta maneira saindo de uma taxa de juros altamente estimulativa e do menor nível histórico de 2,00% a.a. em Março de 2021 para um nível claramente restritivo de 13,75% a.a. em Agosto de 2022. Esperamos um Copom conservador, aguardando até o terceiro trimestre de 2023 para iniciar cortes moderados na taxa de juros. Neste momento, projetamos uma taxa SELIC ainda restritiva de 11,50% a.a. ao final de 2023 e de 8,50% a.a. ao final de 2024.

Cenário fiscal frágil. O saldo fiscal primário e a dinâmica da dívida pública melhoraram em 2021-22. Isso refletiu em grande parte o impacto combinado da alta inflação e dos preços das *commodities,* e a recuperação da atividade econômica após a forte contração relacionada à Covid. A melhoria de 2021-22 encobre a fraqueza do quadro fiscal, agravada pela erosão das principais âncoras fiscais: o Teto de Gastos e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esperamos que o saldo fiscal primário consolidado do setor público piore para -1,5% do PIB em 2023 (de +1,3% de superávit em 2022) e a dívida pública bruta exceda 78% do PIB ao final de 2023 (partindo de 73,5% do PIB em 2022). Espera-se que o déficit fiscal nominal se deteriore mais do que o saldo primário devido ao aumento dos custos com juros.

Saldo em conta corrente bem ancorado. A dinâmica da conta corrente é confortável devido a um superávit comercial sólido, termos de trocas favoráveis, uma taxa de câmbio competitiva e demanda doméstica fraca. Esperamos que o déficit em conta corrente diminua ligeiramente de 2,9% do PIB (US$ -56bi) em 2022 para 2,5% do PIB (US$ -52bi) em 2023, montantes facilmente cobertos pelo fluxo de Investimentos Diretos no País (IDP, também conhecidos como Investimentos Estrangeiros Diretos). O principal risco para o balanço de pagamentos reside na conta de capital, onde os riscos fiscal e político podem prejudicar os fluxos de capital.

O quadro fiscal frágil precisa ser consertado. O elevado nível da dívida pública e a erosão das âncoras fiscais deixam o quadro fiscal e a economia como um todo vulneráveis a choques adversos internos e externos. Colocar a dinâmica da dívida pública em uma tendência estrutural e sustentada de declínio, e construir amortecedores fiscais continuam sendo os principais desafios macroeconômicos enfrentados pelos formuladores de políticas econômicas nos próximos anos. Um ajuste fiscal profundo que eleve a poupança do setor público é necessário para facilitar um ajuste estrutural permanente em conta corrente (em vez de um ajuste cíclico impulsionado pela demanda doméstica fraca e preços elevados das *commodities)* e para permitir que o Banco Central tenha maior folga na calibração da política monetária.

Transição política e riscos políticos. O ex-presidente Lula venceu uma eleição disputada por uma margem estreita. O país continua profundamente polarizado: social e politicamente. Esperamos que o presidente eleito siga uma estratégia de mais impostos e gastos, dada a profunda convicção de que o setor público e as empresas estatais devem ser os principais motores do crescimento e do investimento. Essa estratégia pode levar a um maior crescimento do consumo no curto prazo, mas também a uma alta inflação e a maiores déficits fiscais e em conta corrente. No médio prazo, uma estratégia de mais impostos e gastos implicaria maiores prêmios de risco fiscal (maior dívida) e menor crescimento potencial. A nova administração terá a tarefa de abordar questões macroeconômicas complexas (posição fiscal vulnerável, baixo potencial de crescimento real do PIB, economia fechada e improdutiva) e de lidar adequadamente com antigos e novos desafios políticos e sociais. Do lado positivo, o novo presidente enfrentará um cenário macro caracterizado por um quadro de metas de inflação crível, um superávit comercial considerável, sólidos fluxos de investimento direto, um alto estoque de reservas internacionais, uma dívida externa baixa, um perfil de serviço da dívida externa pouco exigente, uma taxa de câmbio competitiva, um sistema financeiro sólido, e mercado de capitais desenvolvido.

O alto nível das taxas de juros locais, os altos prêmios de risco já incorporados aos ativos locais e os sólidos termos de troca devem fornecer suporte para a não deterioração da moeda.

Destaques

• Resultado do Exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco registrou Lucro líquido (em milhares de reais) de R$ 493.906 (2021 - R$ 271.511), correspondente a R$ 0,14 (2021 - R$ 0,10) por ação e Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE) de 17,35% (2021 - 11,49%).

• Resultado Extraordinário no Exercício

Na data-base de 30 de dezembro de 2022, último dia útil do exercício fiscal de 2022, o Banco apresentava uma posição líquida passiva (short), e hedgeada quase na sua totalidade, em ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, no montante de US$ 2.529.498 mil.

Em conformidade com as normas contábeis aplicadas às Instituições financeiras, a conversão de transações denominadas em moedas estrangeiras para a moeda nacional deve ser efetuada utilizando-se a taxa PTAX divulgada pelo BACEN, enquanto os demais instrumentos financeiros são convertidos pela taxa Spot interna utilizada para apuração dos seus devidos valores de mercado.

Em função do descasamento entre as taxas Spot vs. PTAX na contabilidade (Spot interna da Goldman Sachs: 5,28853 e PTAX: 5,2177), no último dia útil do exercício fiscal de 2022, o Banco auferiu resultado positivo em função do descasamento de variação cambial, no valor de R$ 179.164 mil, antes da tributação sobre o lucro e participações.

Como o resultado é temporário, a sua reversão foi registrada na liquidação das operações denominadas em dólar, ou seja, ao longo do mês de janeiro de 2023.

Distorções dessa natureza ocorrem todos os meses. Contudo, devido ao tamanho da exposição no final do exercício de 2022, o impacto foi significativamente maior do que em outros meses do exercício encerrado em dezembro de 2022 e em exercícios anteriores.

• Mercado de Capitais

O ano de 2022 foi marcado por um ambiente de incerteza e volatilidade no cenário econômico internacional que decorreu dos efeitos da pandemia da Covid-19 e da crise geopolítica oriunda da invasão da Ucrânia pela Rússia, acarretando na rápida deterioração das perspectivas macroeconômicas, disrupções nas cadeias produtivas e pressões inflacionárias no cenário global.

A implementação de políticas monetárias contracionistas por bancos centrais ao redor do mundo como mecanismo de contenção da inflação tornou as condições econômicas ainda mais restritas, elevando os riscos de recessão internacional e impactando de forma significativa as perspectivas de risco e confiança nos mercados.

Sob a ótica de desempenho do mercado de capitais local, a redução do apetite de risco por parte de investidores combinado a um cenário de juros elevados e aumento da volatilidade associada ao período de eleições presidenciais acarretou em uma forte queda no volume de transações de renda variável em comparação a 2021, especialmente no segundo semestre do ano. O mercado de renda fixa doméstico, por outro lado, alcançou o volume recorde da sua série histórica desde 2012, atraindo diversos emissores que cancelaram ou suspenderam emissões de renda variável ou financiamentos no mercado internacional por conta de condições de mercado mais desafiadoras.

Apesar do cenário adverso, o Banco assessorou importantes transações que conseguiram ser concluídas no período, as quais somaram aproximadamente R$ 48 bilhões em volume total incluindo ofertas de ações e títulos de dívida no mercado local e estrangeiro, incluindo aproximadamente R$ 34 bilhões relacionados ao follow-on da Eletrobras. O Banco também assessorou emissores no exercício de recompra de papéis negociados no mercado internacional e atuou na distribuição de instrumentos de renda fixa estruturados no mercado de capitais doméstico.

Para o primeiro trimestre de 2023, diante do arrefecimento das pressões inflacionárias ao redor do mundo espera-se uma redução no ritmo de aperto monetário pelos bancos centrais e desaceleração da atividade global ante juros mais elevados. No cenário local, incertezas relacionadas à trajetória dos gastos públicos e às políticas fiscais a serem implementadas pelo novo governo, bem como as discussões sobre eventuais mudanças nas metas de inflação, mantêm o prêmio de risco doméstico em patamares elevados em relação ao cenário externo, o que combinado a recentes eventos de inadimplemento de grandes empresas brasileiras e consequente redução do apetite de risco no mercado local pode restringir a atividade no mercado de capitais durante o período.

• Limite de Basileia - Patrimônio de Referência

O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Prudencial Goldman Sachs ("Conglomerado"), formado pelo Banco, líder do Conglomerado, e pela Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., de acordo com as diretrizes do BACEN.

O índice de Basileia é monitorado diariamente e representa um importante indicador do montante de capital alocado em função do grau de risco da estrutura dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, foi de 17,72% (2021 - 21,77%), sendo superior, portanto, ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

Governança Corporativa - Comitê de Auditoria

Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.910, de 27 de maio de 2022, informamos que se encontra instalado o Comitê de Auditoria Único do Conglomerado ("Comitê"), cuja constituição foi objeto de aprovação pelo BACEN em 09 de março de 2016.

Compete ao Comitê, dentre outras atribuições, zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Conglomerado, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria independente e da auditoria interna.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Gestão de Riscos

Acreditamos que gerenciar o risco de maneira eficaz é essencial para o sucesso do Grupo Goldman Sachs. Desta forma, contamos com processos de gestão de risco abrangentes através dos quais podemos monitorar, avaliar e administrar os riscos associados às nossas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, socioambiental, regulatório e reputacional. Desenvolvemos nossa estrutura de gestão de risco com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O Conglomerado é parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo Goldman Sachs e, conforme determinado pelas Resoluções do CMN nº 4.557/17, nº 4.943/21 e nº 4.945/21, foram implementadas localmente as políticas e estrutura de Gerenciamento de riscos e de capital, bem como de risco socioambiental.

Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas nas políticas globais relacionadas as questões sociais, ambientais e climáticas, e com base nos critérios estabelecidos na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática da Goldman Sachs Brasil, disponível publicamente no endereço eletrônico: https://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/environmental-social-disclosure.pdf, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades. Também está empenhado em utilizar soluções de mercado para promover a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento das comunidades em que está inserido, assegurando o atendimento aos interesses de longo prazo de seus clientes e a preservação de valor a longo prazo para os seus acionistas. O Conglomerado atua para que suas instalações e negócios adotem soluções e práticas sustentáveis, uma vez que ambas relacionam-se com o meio ambiente e com as comunidades em que está inserido.

Canal de Atendimento ao Público e Canal de Denúncias

• Canal de Atendimento ao Público

Desde o final do exercício de 2020 está em funcionamento o Canal de Atendimento ao Público ("Canal"), não estatutário, subordinado ao departamento de Compliance do Brasil. Trata-se de um canal público de comunicação com o Conglomerado que substituiu o Canal de Ouvidoria. O Canal está disponível ao público de segunda-feira à sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h por meio do *toll-free* 0800 727 5764 e/ou do e-mail: contatogoldmanbrasil@gs.com.

• Canal de Denúncias

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.859, de 23 de outubro de 2020, o Conglomerado designou o Departamento de Compliance do Brasil, como o órgão responsável pelo canal de comunicação por meio do qual seus funcionários, colaboradores, clientes, usuários, parceiros ou fornecedores podem informar, sem a necessidade de se identificarem, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades.

Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet, no seguinte endereço: http://www.goldmansachs.com/disclaimer/canal-de-denuncia.html.

Endereço Eletrônico

Em conformidade com a Resolução BCB nº 54/20 do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site: https://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html.

Canal de Comunicação com o Público Goldman Sachs Brasil: 0800 727 5764 e/ou contatogoldmanbrasil@gs.com. Horário de funcionamento: segunda-feira à sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em R$ mil

Ativo	Nota	2022	2021
Disponibilidades		**8.315**	**3.155**
Instrumentos financeiros		**32.474.250**	**16.955.212**
Aplicações em operações compromissadas	8 (a)	2.777.968	2.853.519
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8 (b)	421.826	158.650
Aplicações em moedas estrangeiras	8 (c)	–	14
Títulos e valores mobiliários	8 (d)	8.697.834	7.795.054
Instrumentos financeiros derivativos	8 (e)	19.157.964	5.780.398
Operações de crédito	8 (f)	311.595	109.197
Outros instrumentos financeiros	8 (g)	1.107.063	258.380
Provisão para perdas de crédito	**8 (f)**	**(9.064)**	**–**
Ativos fiscais correntes e diferidos		**844.993**	**615.178**
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	14 (b)	806.560	584.615
Impostos e contribuições a compensar		38.433	30.563
Outros ativos	**11**	**765.412**	**950.596**
Investimentos em participações em controladas	**9**	**480.407**	**397.075**
Imobilizado de uso	**10**	**98.237**	**79.524**
(–) Depreciações acumuladas	**10**	**(75.231)**	**(66.756)**
Total do ativo		**34.587.319**	**18.933.984**

Passivo e Patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Depósitos e demais instrumentos financeiros		**29.602.088**	**14.582.133**
Depósitos de clientes e instituições financeiras	12 (a)	4.504.147	5.956.849
Obrigações por empréstimos	12 (b)	12.876.838	1.805.716
Obrigações por operações compromissadas	12 (c)	217.760	235.810
Certificados de operações estruturadas	12 (d)	226.430	195.148
Instrumentos financeiros derivativos	8 (e)	10.671.425	6.129.498
Outros instrumentos financeiros	8 (g)	1.105.488	259.112
Provisões	**18 (a)**	**1.157**	**814**
Obrigações fiscais		**1.146.363**	**841.078**
Impostos de renda e contribuição social - Corrente		97.765	45.377
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	14 (b)	1.015.487	750.429
Outras obrigações fiscais	14 (c)	33.111	45.272
Outros passivos	**13**	**990.600**	**1.146.931**
Patrimônio líquido		**2.847.111**	**2.363.028**
Capital social	15 (a)	2.529.788	2.179.096
Reservas de capital	15 (b)	–	33.213
Reservas de lucros	15 (c)	325.700	171.773
Outros resultados abrangentes		(8.377)	(21.054)
Total do passivo e patrimônio líquido		**34.587.319**	**18.933.984**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em R$ mil, exceto lucro por ação

	Nota	2º Semestre	2022	2021
Receitas de intermediação financeira		**735.286**	**1.625.635**	**642.252**
Receita de juros e similares		**550.645**	**990.845**	**454.224**
Operações de crédito	8 (f)	23.026	24.405	226
Aplicações interfinanceiras de liquidez		173.848	275.608	62.827
Aplicações em depósitos interfinanceiros		24.645	39.845	8.607
Títulos e valores mobiliários		327.127	646.928	371.159
Aplicações em moedas estrangeiras		1.999	4.059	11.405
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros		**184.641**	**634.790**	**188.028**
Títulos e valores mobiliários		177.354	221.816	(65.823)
Instrumentos financeiros derivativos	8 (e)	2.383	380.430	258.012
Empréstimo de ações	8 (f)	4.904	32.544	(4.161)
Despesas de intermediação financeira		**(286.985)**	**(1.015.690)**	**(374.995)**
Despesas de juros e similares		**(377.419)**	**(659.737)**	**(296.668)**
Depósitos de clientes e instituições financeiras		(287.160)	(506.416)	(252.183)
Obrigações por empréstimos		(56.333)	(67.908)	(12.105)
Obrigações por operações compromissadas		(27.924)	(74.232)	(21.706)
Certificados de operações estruturadas	12 (d)	(6.002)	(11.181)	(10.674)
(Perdas) líquidas com variação cambial		**90.434**	**(355.953)**	**(78.327)**
Outros instrumentos financeiros ativos e passivos		90.434	(355.953)	(78.327)
Provisão para perdas de créditos		**(29)**	**(9.064)**	**–**
Provisão para perdas de créditos	8(f)	(29)	(9.064)	–
Resultado bruto de intermediação financeira		**448.272**	**600.881**	**267.257**
Outras receitas e (despesas) operacionais		**99.722**	**129.967**	**213.486**
Receitas de prestação de serviços	18 (c)	351.389	702.221	788.766
Benefícios a empregados	18 (d)	(158.074)	(362.971)	(363.726)
Despesas de remuneração da Diretoria	18 (d)	(17.525)	(40.618)	(54.112)
Outras despesas administrativas	18 (e)	(91.683)	(168.303)	(170.550)
Despesas tributárias	18 (f)	(41.992)	(84.060)	(73.500)
Resultado de participação em controlada	9	52.846	81.392	53.254
(Constituição)/reversão de provisões para contingências	18 (a)	(50)	(343)	920
Outras receitas/(despesas) operacionais	18 (g)	4.811	2.649	32.434
Resultado operacional		**547.994**	**730.848**	**480.743**
Resultado não operacional		**1.370**	**2.504**	**2.366**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**549.364**	**733.352**	**483.109**
Imposto de renda e contribuição social		**(154.136)**	**(229.486)**	**(204.080)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	14 (a)	(35.957)	(195.190)	(108.562)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(118.179)	(34.296)	(95.518)
Participações estatutárias no lucro		**(9.960)**	**(9.960)**	**(7.518)**
Lucro líquido do semestre/exercício		**385.268**	**493.906**	**271.511**
Lucro líquido do semestre/exercício por ação (em reais)		0,14	0,18	0,10

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em R$ mil

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.468.596**	**59.500**	**33.213**	**45.813**	**520.449**	**(8.854)**	**–**	**2.118.717**
Aumento de capital - Homologado	59.500	(59.500)	–	–	–	–	–	–
Aumento de capital - Em fase de homologação	–	651.000	–	(46.000)	(520.000)	–	–	85.000
Reconhecimento do plano baseado em ações	–	–	–	–	–	(12.200)	–	(12.200)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	271.511	271.511
Destinação do lucro líquido								
Reserva legal	–	–	–	13.576	–	–	(13.576)	–
Reserva estatutária	–	–	–	–	157.935	–	(157.935)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	–	(100.000)	(100.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.528.096**	**651.000**	**33.213**	**13.389**	**158.384**	**(21.054)**	**–**	**2.363.028**
Aumento de capital - Homologado	946.442	(651.000)	(33.213)	(13.389)	(176.590)	–	–	72.250
Aumento de capital - Em fase de homologação	–	55.250	–	–	–	–	–	55.250
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano baseado em ações	–	–	–	–	–	12.981	–	12.981
Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos disponíveis para venda	–	–	–	–	–	(699)	–	(699)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de benefícios definidos	–	–	–	–	–	395	–	395
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	493.906	493.906
Destinação do lucro líquido								
Reserva legal	–	–	–	24.696	–	–	(24.696)	–
Reserva estatutária	–	–	–	–	319.210	–	(319.210)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	–	(150.000)	(150.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.474.538**	**55.250**	**–**	**24.696**	**301.004**	**(8.377)**	**–**	**2.847.111**
Saldos em 30 de junho de 2022	**2.179.096**	**204.986**	**–**	**5.432**	**–**	**2.318**	**103.206**	**2.495.038**
Aumento de capital - Homologado	295.442	(204.986)	–	–	(18.206)	–	–	72.250
Aumento de capital - Em fase de homologação	–	55.250	–	–	–	–	–	55.250
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano baseado em ações	–	–	–	–	–	(5.768)	–	(5.768)
Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos disponíveis para venda	–	–	–	–	–	(4.927)	–	(4.927)
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	–	–	385.268	385.268
Destinação do lucro líquido								
Reserva legal	–	–	–	19.264	–	–	(19.264)	–
Reserva estatutária	–	–	–	–	319.210	–	(319.210)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	–	(150.000)	(150.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.474.538**	**55.250**	**–**	**24.696**	**301.004**	**(8.377)**	**–**	**2.847.111**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em R$ mil

	Nota	2º Semestre	2022	2021
Lucro líquido do semestre/exercício		**385.268**	**493.906**	**271.511**
Outros resultados abrangentes		**(10.695)**	**12.677**	**(12.200)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		**(9.828)**	**10.737**	**(10.681)**
Ajuste de marcação a mercado sobre pagamento baseado em ações, líquido do efeito fiscal	17 (b)	(4.901)	11.436	(10.681)
Ajuste de avaliação patrimonial líquida do efeito fiscal		(4.927)	(699)	–
Outros resultados abrangentes avaliados pelo método da equivalência patrimonial		**(867)**	**1.940**	**(1.519)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		**(867)**	**1.545**	**(1.519)**
Ajuste de marcação a mercado sobre pagamento baseado em ações na controlada, líquido do efeito fiscal	17 (b)	(867)	1.545	(1.519)
Itens que não serão reclassificados subsequentemente ao resultado		**–**	**395**	**–**
Ajuste de avaliação atuarial - Plano de benefícios definidos na controlada, líquido do efeito fiscal		–	395	–
Resultado abrangente do semestre/exercício		**374.574**	**506.584**	**259.311**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em R$ mil

	2º Semestre	2022	2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	**391.018**	**607.012**	**406.006**
Lucro líquido do semestre/exercício	385.268	493.906	271.511
Ajustes ao lucro líquido	**5.750**	**113.106**	**134.495**
Resultado de participação em controlada	(52.846)	(81.392)	(53.254)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(61.293)	153.192	86.419
(Constituição)/reversão de provisões para contingências	50	343	(920)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(7.919)	(17.465)	(7.767)
Depreciações e amortizações	3.015	8.475	6.981
Provisão para perdas de créditos	(29)	9.064	–
Participações no lucro	6.593	6.593	7.518
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos	118.179	34.296	95.518
Variações de ativos e obrigações	**(252.079)**	**619.162**	**(2.692.178)**
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros	(602.594)	478.729	(2.986.503)
(Aumento)/redução em ativos fiscais e obrigações fiscais correntes	12.711	189.526	75.085
(Aumento)/redução em outros ativos	25.046	202.648	(488.248)
Aumento/(Redução) em outros passivos	244.639	(152.187)	861.252
Imposto de renda e contribuição social pagos	(48.113)	(143.102)	(78.999)
Juros recebidos	319.492	538.916	144.076
Juros pagos	(203.259)	(495.367)	(218.841)
Caixa gerado/(utilizado) nas atividades operacionais	**138.939**	**1.226.175**	**(2.286.172)**
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	(4.678)	(18.713)	(6.573)
Baixa de imobilizado de uso	–	–	202
Caixa (utilizado) nas atividades de investimento	**(4.678)**	**(18.713)**	**(6.371)**
Atividades de financiamento			
Juros sobre o capital próprio pagos	(140.250)	(155.250)	(95.500)
Aumento de capital	127.500	127.500	85.000
Caixa (utilizado) nas atividades de financiamento	**(12.750)**	**(27.750)**	**(10.500)**
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	**121.511**	**1.179.711**	**(2.303.043)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	2.603.479	1.759.764	4.149.226
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	61.293	(153.192)	(86.419)
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	2.786.283	2.786.283	1.759.764
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	**121.511**	**1.179.711**	**(2.303.043)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021

Em R$ mil

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") é uma instituição financeira privada, constituída sob a forma de Sociedade Anônima, autorizada a operar como banco múltiplo com as carteiras de investimento e de crédito, financiamento e investimento, incluindo a gestão e administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimentos e a prática de operações de câmbio.

O Banco, parte integrante do Grupo Goldman Sachs ("Grupo"), iniciou suas atividades operacionais no final de 2006 e vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando de forma integrada nos mercados financeiros nacional e internacional, sendo os benefícios dos serviços prestados e os custos comuns dessa estrutura apropriados a cada entidade correspondente.

Em 2008, o Banco passou a atuar como Participante de Liquidação Direta (PLD) da B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), passando a liquidar e custodiar suas operações de derivativos listados.

Em maio de 2008, o Banco Central do Brasil ("BACEN") autorizou o Banco a constituir a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), sua subsidiária integral, a qual recebeu em dezembro de 2008 autorização do Conselho de Administração da B3 para operar como corretora no segmento de ações na categoria pleno. O Banco, como líder, e a Corretora, sua subsidiária integral, formam o Conglomerado Financeiro Goldman Sachs ("Conglomerado").

Em 28 de fevereiro de 2023, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, conforme aplicável, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN e alterações posteriores:

a. CPC 00 (R1) - Estrutura conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

b. CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

c. CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN n° 4.818/20.

d. CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN n° 4.818/20.

e. CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.

f. CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

g. CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.

h. CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN n° 3.823/09.

i. CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN n° 4.877/20.

j. CPC 41 - Resultado por ação - homologado pela Resolução CMN n° 4.818/20.

k. CPC 46 - Mensuração do valor justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/11.

l. CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação de ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas a instituições financeiras. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

A Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 2/20 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As normas citadas entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021, sendo aplicáveis na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor. A Resolução BCB nº 2/20, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Diante disso, a divulgação das demonstrações financeiras passa a ser apresentada da seguinte forma:

1. Apresentação:

As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem segregação entre circulante e não circulante. As aberturas por prazo de realização e exigibilidade para os grupos de ativos e passivos relevantes estão apresentadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, conforme opção prevista no parágrafo único, do artigo 23 da Resolução BCB nº 2/20.

Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e as notas explicativas necessárias para o correto entendimento estão apresentadas de forma comparativa, quando relevantes para a compreensão do conjunto das demonstrações do período.

Balanço Patrimonial

Em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20, no Balanço Patrimonial foram apresentados os saldos de todos os grupamentos contábeis relevantes para a correta compreensão da situação patrimonial do Banco, respeitando-se as informações mínimas exigidas pela norma.

a. No ativo:

• **Instrumentos financeiros:** composto por aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos, operações de crédito e operações de câmbio.

• **Ativos fiscais correntes e diferidos:** apresentado de forma segregada do grupo "Outros ativos" é composto por imposto de renda e contribuição social diferidos e impostos e contribuições a compensar.

b. No passivo:

• **Depósitos e demais instrumentos financeiros:** composto por depósitos, obrigações por empréstimos, obrigações por operações compromissadas, instrumentos financeiros derivativos e operações de câmbio.

• **Obrigações fiscais correntes e diferidas:** apresentado de forma segregada do grupo "Outros passivos" é composto por imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos e obrigações fiscais e previdenciárias.

• **Provisões:** apresentado de forma segregada do grupo "Outros passivos" é composto por passivos contingentes cuja probabilidade de liquidação tenha sido classificada como provável.

Demonstração do Resultado

Em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20, na Demonstração do Resultado foram apresentados os saldos relativos a todos os grupamentos contábeis relevantes para a compreensão do desempenho do Banco no período, especificando, no mínimo, as seguintes informações: (i) principais receitas e despesas de intermediação financeira, (ii) resultado de intermediação financeira, (iii) outras receitas operacionais, (iv) principais despesas operacionais, (v) despesas de provisões, (vi) resultado operacional, (vii) principais itens de outras receitas e despesas, (viii) resultado antes dos tributos e participações, (ix) tributos e participações sobre o lucro, (x) resultado líquido, e (xi) resultado líquido por ação.

As receitas e despesas de intermediação financeira foram segregadas entre receitas e despesas de juros e similares, ganhos ou perdas líquidos de ativos e passivos financeiros e ganhos ou perdas líquidos com variação cambial.

Demonstração do Resultado Abrangente

A Demonstração do Resultado Abrangente é apresentada em sequência à Demonstração do Resultado. Na Demonstração do Resultado Abrangente estão apresentadas as seguintes informações: (i) resultado líquido do período, e (ii) outros resultados abrangentes do período, segregados entre itens que serão reclassificados para o resultado e itens que não serão reclassificados para o resultado.

As parcelas de outros resultados abrangentes atribuíveis ao Banco estão segregadas das parcelas referentes à participação em outros resultados abrangentes de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

O valor do efeito tributário relativo a cada componente está divulgado na nota 14 (b).

2. Normas contábeis emitidas recentemente aplicáveis a exercícios futuros:

I. Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN n° 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1° de janeiro de 2025.

Visando atender o Artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco elaborou um plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida na Resolução, cujas etapas estão evidenciadas a seguir.

• Diagnóstico e planejamento

A fase de diagnóstico e planejamento é de extrema importância pois impacta na adequação de diversas áreas da organização e requer a participação de equipes multidisciplinares, adequação de sistemas tecnológicos, reestruturação de modelo de negócio, análise de impactos tributários, bem como avaliação das assimetrias contábeis.

continua→

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 02/03/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/02/GOLDMANSACHS1568001002032023.pdf

Hash:1677711480314c8f0bb89e483f8ebe8dd8806b5a95

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ nº 04.332.281/0001-30

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021 - Em R$ mil

• Implementação e testes
Na fase de implementação e testes, a Administração avaliará os impactos do reprocessamento das carteiras na data-base de 31 de dezembro de 2024.
O plano de implementação detalhado foi aprovado pela diretoria em 30 de junho de 2022, e de acordo com Resolução CMN nº 5.019/22 o mesmo permanece disponível ao BACEN. Cabe ressaltar que a implementação do plano aprovado está condicionado às novas regulamentações a serem emitidas pelo BACEN e pela Receita Federal do Brasil, e quaisquer alterações serão submetidas novamente às devidas aprovações.
II. Em dezembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN n° 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil. A norma entra em vigor em 1° de janeiro de 2025. A Administração iniciou as avaliações de impacto e alterações devidas.
III. Em 04 de novembro de 2022, foi publicada a Instrução Normativa BCB nº 319/22 que estabelece os procedimentos para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial. A norma busca convergência ao IAS 37 - Provisão, passivos e ativos contingentes - recepcionado pela Resolução CMN nº 3.823/09 - e esclarece que o passivo das obrigações tributárias somente deve ser reconhecida contabilmente caso seja provável a saída de recursos para liquidar, devendo a avaliação dessa probabilidade ser efetuada pela própria instituição sujeita a honrar a obrigação no futuro. A administração está avaliando os impactos desta normativa.
IV. A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.
3. Outras considerações:
I. Em junho de 2021 foi emitida a Resolução CMN n° 4.924/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022, que consolida e dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis. Quanto ao conteúdo da resolução, as principais mudanças trazidas são referentes a aprovação do CPC 47 e a possibilidade de utilização de uma taxa alternativa à de câmbio à vista para conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional. A Administração optou pela não alteração para taxa alternativa em função da não aprovação do uso pela Receita Federal do Brasil, criando assimetria entre a contabilidade e a base fiscal.
II. Em 27 de maio de 2021 foi publicada a Resolução CMN n° 4.911 e, em setembro de 2021, foi publicada a Resolução BCB nº 146, as quais entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022 e propuseram alterações nos documentos e divulgações a serem realizados com extinção dos seguintes relatórios: (i) Balancete e Balanço do Conglomerado Financeiro (documentos 4040 e 4046); (ii) Demonstrações Financeiras Conglomerado Prudencial com Notas Explicativas/Parecer do Auditor. A Resolução mantém a obrigatoriedade de publicação dos documentos: (i) Balancete Patrimonial Analítico - Conglomerado Prudencial (CADOC 4060); (ii) Balanço Patrimonial - Conglomerado Prudencial (CADOC 4066); e (iii) Relatório do Conglomerado Prudencial. A Administração optou pela não publicação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
III. Concomitante à a Resolução CMN n° 4.911 mencionada anteriormente, foi publicada em 19 de outubro de 2022, a Instrução Normativa BCB n° 311, ao qual estabelece os procedimentos para a remessa do Relatório do Conglomerado Prudencial ao qual deve-se observar o leiaute definido pelo BCB que deve conter: Demonstrativo da Posição Patrimonial, Demonstrativo do Resultado Abrangente, Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido , bem como Aquisições, vendas e reestruturações societárias ocorridas no período, desdobramentos de resultado em itens recorrentes e não recorrente, outros eventos relevantes ocorridos no período, e o relatório de asseguração razoável pelo auditor independente.
A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais do Banco evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.
b. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa estão compostos por saldos em conta corrente, aplicações em moedas estrangeiras e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.
c. Instrumentos financeiros
• Aplicações interfinanceiras de liquidez
São demonstradas pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.
• Títulos e valores mobiliários
De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do período; (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM"; e (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período. Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.
• Instrumentos financeiros derivativos
Em conformidade com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, os instrumentos financeiros derivativos, compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros, operações de *swaps* e outros, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado, com os ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado.
d. Operações de crédito
As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.
São classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, quando aplicável, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN n° 2.682/99.
e. Saldos de operações em moeda estrangeira
Demonstrados com base na PTAX de fechamento na data do encerramento do exercício. A taxa PTAX corresponde às médias aritméticas das taxas de compra e de venda realizadas diariamente.
f. Investimentos em participações em controladas
O investimento em controlada, Corretora, está avaliado pelo método de equivalência patrimonial.
g. Imobilizado de uso e depreciações acumuladas
Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os benefícios, riscos e controles desses bens.
Demonstrado ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando-se as taxas que contemplam a vida útil econômica do bem.
h. Redução ao valor recuperável de ativos
O CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21, estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizados. Nesse sentido, uma perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.
i. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes
Os ativos circulantes são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridas deduzindo-se, quando aplicável, as correspondentes rendas de realizações futuras e/ou as provisões para perdas.
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos dos encargos e variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.
j. Ativos e Obrigações fiscais correntes e diferidos
A Resolução CMN nº 4.842/20 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e a Resolução BCB nº 15/20 consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.
A provisão para imposto de renda federal foi constituída utilizando a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro tributável.
Ativo e passivo fiscal diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente.
Considerando as perspectivas de realização dos ativos fiscais diferidos, em 31 de dezembro de 2022, o Banco manteve registrado: (i) ativo fiscal diferido de IRPJ com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) ativo fiscal diferido relativo à CSLL o qual foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários.
A Medida Provisória (MP) nº 1.115/22 convertida em Lei nº 14.446 em 02 de setembro de 2022, alterou a alíquota da CSLL para os Bancos de 20% para 21%, para o período de 1º de agosto de 2022 até o dia 31 de dezembro de 2022, com o restabelecimento da alíquota de 20% a partir de 1º de janeiro de 2023.
A compensação dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com resultados positivos em exercícios futuros está limitada a 30% do referido lucro se maior que o total de ativo diferido constituído.
k. Contingências
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para demandas judiciais e administrativas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC. As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e cível, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como, modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor.
As contingências passivas são reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.
l. Benefícios a empregados e Pagamento baseado em ações
O reconhecimento, mensuração e divulgação dos benefícios a empregados são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/20.
Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.877/20, que dispõe sobre os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, a Administração do Banco, através de estudo técnico, verificou que não há passivo atuarial a ser reconhecido nos termos do referido Pronunciamento Técnico para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
Os funcionários elegíveis do Banco participam do Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. através do recebimento de unidades de ações restritas ("RSUs"). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão, sendo a despesa auferida refletida no resultado ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*) em contrapartida ao patrimônio líquido, em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações (nota 17 (b)) e, posteriormente reclassificado para rubrica do passivo, "Outros passivos - Valores a pagar a sociedades ligadas", em função do acordo de repagamento entre o Banco e o controlador, The Goldman Sachs Group, Inc.
m. Resultado recorrente e não recorrente
A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período. Considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros (nota 18 (i)).

4 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado foi criada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17 e Resolução CMN nº 4.745/19. Tal medida está alinhada com as recomendações do Comitê de Basileia para fortalecer o sistema financeiro, incentivar melhores práticas de gestão e avaliações de risco, assegurar a manutenção de valores apropriados de capital e planejar futuras necessidades de capital.
A adequação de capital é de fundamental importância para o Conglomerado. O objetivo do Conglomerado é ser capitalizado de forma conservadora, com relação aos seus níveis de risco e em comparação com as exigências e padrões de referência externos. Assim sendo, o Conglomerado implementou uma política abrangente de Gerenciamento de Capital ("Política") que se destina a definir e manter um valor apropriado de capital.
Os níveis de capital do Conglomerado são determinados, principalmente, pelos requisitos regulatórios, podendo ser também influenciados por outros fatores, tais como, expectativas de novos negócios e condições de mercado.
Os fatores que influenciam na revisão da política de gerenciamento de capital incluem, dentre outros:
• Leis, regulamentos e orientações regulatórias pertinentes;
• As avaliações de risco do Conglomerado, incluindo os riscos de reputação e estratégicos;
• A avaliação da estrutura de capital ideal do Conglomerado;
• Ambientes de mercado e econômico;
• Os negócios conduzidos pelo Conglomerado; e
• Os instrumentos de capital.
a. Estrutura de capital
As principais exigências de capital no Brasil que impactam o Conglomerado:
• Exigências de capital - Basileia - O BACEN supervisiona o sistema bancário brasileiro de acordo com as diretrizes do Comitê de Basileia e outras regulamentações aplicáveis, incluindo o Acordo de Capital da Basileia.
• Exigências de capital - Limite de exposição por cliente - O CMN e o BACEN limitam a exposição total às contrapartes em 25% do Capital Regulatório de Nível 1 do Conglomerado.
• Limite de exposição cambial - De acordo com o artigo 1º da Resolução n° 3.488/07, o limite máximo de exposição cambial foi estabelecido em 30% do Patrimônio de Referência do Conglomerado Financeiro.
• Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária ("IRRBB") - O BACEN define metodologias e procedimentos para avaliação da adequação de capital para risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB).
A meta do Conglomerado é manter um nível de capital próprio que exceda os limites mínimos regulatórios nos termos da regulamentação em vigor, bem como um *buffer* que reflita o ambiente do mercado, nossos negócios e futuras alterações regulatórias.
b. Plano de contingência de capital (CCP)
No caso de um possível déficit em relação à meta de capital, o Conglomerado manterá um Plano de Contingência de Capital ("CCP") que o possibilitará responder rapidamente a um possível déficit no capital em relação à meta de capital. O CCP fornece uma estrutura para analisar e responder a uma deficiência efetiva ou observada, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeiam uma deficiência de capital, bem como de fatores de redução e possíveis ações. O CCP delineia procedimentos de comunicação apropriados a serem seguidos durante um período de crise, incluindo divulgação interna de informações, bem como garantia de comunicação pontual com interessados externos.
Em conformidade com a Resolução BCB nº 54/20 do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site: http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html.

5 GERENCIAMENTO DE RISCO - VISÃO GERAL

O Conglomerado acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através do qual monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões socioambientais e climáticas. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.
• Governança: A estrutura de governança do Conglomerado detém o conhecimento e a responsabilidade necessários para a tomada de decisão em questões de gestão de risco, bem como para garantir a implantação de tais decisões. A governança tem início com a Diretoria do Conglomerado, que tem um papel significativo na revisão e aprovação das políticas e práticas de gestão de risco, seja diretamente ou através de seus comitês.
• Processos: São mantidos pelo Conglomerado diversos processos, procedimentos e controles efetivos que são componentes essenciais à gestão de risco. O Conglomerado aplica uma estrutura rigorosa de controles de limites para controlar riscos em diversas transações, produtos, negócios e mercados. Isso inclui o estabelecimento de limites de risco de crédito e de mercado em diversos níveis, bem como o monitoramento diário destes limites.
• Pessoas: A gestão de risco eficiente requer que as equipes que se envolvam na apuração e avaliação destas questões possam interpretá-las adequadamente e possam realizar ajustes contínuos ao portfólio do Conglomerado.
O Comitê de Riscos do Conglomerado (GSBRC) tem a missão de monitorar e controlar os riscos em todas as áreas de negócios que o Conglomerado atua no Brasil ou em todas as operações afetadas pelo Brasil. As metodologias de gestão e controles de risco do Comitê são consistentes com as metodologias do Comitê de Risco do Grupo.
As obrigações e responsabilidades do Comitê incluem o monitoramento dos riscos de mercado, crédito, liquidez, operacional e social, ambiental e climático. Ao cumprir essas obrigações e responsabilidades, o Comitê deve considerar, entre outras coisas, o possível efeito de quaisquer oportunidades de negócios, transações, produtos, aquisições, investimentos, atividades ou outros assuntos sobre a reputação do Conglomerado.
a. Risco de crédito
Risco de crédito significa a possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência ou de deterioração da qualidade do crédito de terceiros.
Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, o Conglomerado possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado por seu Comitê de Risco.
A exposição ao risco de crédito do Conglomerado está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é proveniente de recursos financeiros depositados em outros bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis.
A Gestão de Risco de Crédito tem como objetivo avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito ao qual o Conglomerado está exposto, e é independente em relação às unidades de negócios (geradoras de receita).
O Comitê de Riscos do Conglomerado (GSBRC) revisa as políticas e parâmetros de crédito estabelecidos pelos Comitês Globais, adequando-os conforme necessário para a Goldman Sachs Brasil, garantindo a conformidade com as exigências regulatórias locais.
As políticas autorizadas pelos Comitês Globais e local estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que o Conglomerado assuma uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.
b. Risco de mercado
O risco de mercado é o risco de perda de valor de uma carteira devido às mudanças nos preços de mercado.
O Conglomerado mantém sua carteira com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira se baseiam no atendimento das solicitações de clientes e em oportunidades de investimento para o Conglomerado. A contabilização da carteira é realizada a valor de mercado e, portanto, com flutuação diária.
As categorias de risco de mercado incluem:
• Risco de taxa de juros: resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível e inclinação das curvas de rendimentos de juros, às volatilidades das taxas de juros e aos spreads de crédito.
• Risco de preço das ações: decorrente das exposições às mudanças de preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações.
• Risco de taxa de câmbio: resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio.
• Risco de preço de commodities: decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias commodities.
A Gestão de Riscos de Mercado, que é independente em relação às unidades geradoras de receita, está diretamente subordinada ao diretor de riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.
Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado.
São empregadas diversas métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo.
As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR ("*Value at Risk*") e métricas de sensibilidade. Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são os testes de estresse ("*stress-test*").
• Value at Risk: O VaR é a perda potencial em valor das posições em uma carteira devido a mudanças adversas de variáveis de mercado, em um determinado período de tempo, com um grau de confiança, sendo normalmente empregado um horizonte de um dia com 95% de confiança. O modelo captura riscos e a diversificação do risco agregado do Conglomerado, o qual avalia a exatidão do modelo através de backtesting diário.

Fator de risco	**2022**	**2021**
Taxa de juros	13,77	5,69
Moedas	9,44	12,28
Ações	1,67	1,45
Commodities	0,00	0,06
Total	**19,83**	**13,84**
Efeito da diversificação	(5,11)	(5,58)

• Análise de cenários e teste de estresse: Análise de cenários e testes de estresse mostram os possíveis impactos no capital e na liquidez do Conglomerado de vários eventos de mercado, incluindo, mas não limitado a: choques (i) em taxas de câmbio, (ii) em taxas de juros e (iii) no mercado de ações.
O Conglomerado utiliza limites de risco em diversos níveis para gerenciar o seu "apetite" a risco através do controle de suas exposições ao risco de mercado. Tais limites são revistos periodicamente e, conforme necessário, alterados permanente ou temporariamente para refletir as mudanças nas condições de mercado, de negócios ou de tolerância ao risco. Os limites são monitorados e reportados para a estrutura de governança, conforme apropriado.
Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os principais riscos e seus determinantes, e são distribuídos para a alta administração do Conglomerado.
c. Risco operacional
Risco operacional é o risco de perda causada por pessoas, sistemas ou resultante de processos internos inadequados ou de eventos externos.
De acordo com os requisitos especificados na Resolução CMN nº 4.557/17 e melhores práticas de mercado, o Conglomerado possui uma estrutura de gestão do risco operacional em conformidade com as práticas globais do Grupo Goldman Sachs no que diz respeito à gestão e medição de exposição ao risco operacional.
Potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:
• Clientes, produtos e práticas comerciais;
• Execução, entrega e gestão de processos;
• Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
• Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
• Danos em ativos físicos;
• Fraude interna; e
• Fraude externa.
O Conglomerado mantém completa estrutura de controle, projetada para fornecer um ambiente seguro, de forma a minimizar riscos operacionais.
O departamento de Gestão de Risco Operacional é independente das unidades geradoras de receita e é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e controles em uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional do Conglomerado.
d. Risco de liquidez
A Gestão da Liquidez tem importância crítica em instituições financeiras. Dessa forma, o Conglomerado possui política de gestão de liquidez que visa manter a flexibilidade para lidar com eventos de liquidez específicos do Conglomerado, mas também com eventos do mercado financeiro que podem afetar as operações do Conglomerado. O objetivo principal destas políticas e controles é prover recursos para o Conglomerado e permitir a manutenção dos negócios e geração de receita até mesmo sob circunstâncias adversas.
O Conglomerado observa e atende aos termos e solicitações da Resolução CMN nº 4.557/17.
As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para a alta gerência no Brasil e no exterior.

6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Em 31 de dezembro de 2022, os montantes circulantes e não circulantes a serem recuperados ou liquidados em até 12 meses ou mais do que 12 meses, para cada ativo e passivo do balanço patrimonial, são compostos conforme segue:

Ativo	**2022**	**Circulante**	**Não Circulante**
Disponibilidades	**8.315**	**8.315**	**–**
Instrumentos financeiros	**32.474.250**	**25.806.526**	**6.667.794**
Aplicações em operações compromissadas	2.777.968	2.777.968	–
Aplicações em depósitos interfinanceiros	421.826	269.950	151.876
Títulos e valores mobiliários	8.697.834	7.101.026	1.596.808
Instrumentos financeiros derivativos	19.157.964	14.538.924	4.619.040
Operações de crédito	311.595	11.595	300.000
Outros instrumentos financeiros	1.107.063	1.107.063	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(9.064)**	**(64)**	**(9.000)**
Ativos fiscais correntes e diferidos	**844.993**	**11.376**	**833.617**
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	806.560	–	806.560
Impostos e contribuições a compensar	38.433	11.376	27.057
Outros ativos	**765.411**	**761.562**	**3.849**
Investimentos em participações em controladas	**480.408**	**–**	**480.408**
Imobilizado de uso	**98.237**	**–**	**98.237**
(–) Depreciações acumuladas	**(75.231)**	**–**	**(75.231)**
Total do ativo	**34.587.319**	**26.587.715**	**7.999.604**

Passivo e Patrimônio líquido	**2022**	**Circulante**	**Não Circulante**
Depósitos e demais instrumentos financeiros	**29.602.088**	**20.658.476**	**8.943.612**
Depósitos de clientes e instituições financeiras	4.504.147	688.985	3.815.162
Obrigações por empréstimos	12.876.838	12.876.838	–
Obrigações por operações compromissadas	217.760	217.760	–
Certificados de operações estruturadas	226.430	137	226.293
Instrumentos financeiros derivativos	10.671.425	5.769.268	4.902.157
Outros instrumentos financeiros	1.105.488	1.105.488	–
Provisões	**1.157**	**–**	**1.157**
Obrigações fiscais	**1.146.363**	**130.876**	**1.015.487**
Impostos de renda e contribuição social - Corrente	97.765	97.765	–
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	1.015.487	–	1.015.487
Outras obrigações fiscais	33.111	33.111	–
Outros passivos	**990.600**	**944.758**	**45.842**
Patrimônio líquido	**2.847.111**	**–**	**–**
Capital social	2.529.788	–	–
Reservas de lucros	325.700	–	–
Outros resultados abrangentes	(8.377)	–	–
Total do passivo e patrimônio líquido	**34.587.319**	**21.734.110**	**10.006.098**

Ativo	**2021**	**Circulante**	**Não Circulante**
Disponibilidades	**3.155**	**3.155**	**–**
Instrumentos financeiros	**16.955.212**	**10.750.866**	**6.204.346**
Aplicações em operações compromissadas	2.853.519	2.853.519	–
Aplicações em depósitos interfinanceiros	158.650	4.426	154.224
Aplicações em moedas estrangeiras	14	14	–
Títulos e valores mobiliários	7.795.054	6.316.912	1.478.142
Instrumentos financeiros derivativos	5.780.398	1.208.418	4.571.980
Operações de crédito	109.197	109.197	–
Outros instrumentos financeiros	258.380	258.380	–
Ativos fiscais correntes e diferidos	**615.178**	**–**	**615.178**
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	584.615	–	584.615
Impostos e contribuições a compensar	30.563	–	30.563
Outros ativos	**950.596**	**945.192**	**5.404**
Investimentos em participações em controladas	**397.075**	**–**	**397.075**
Imobilizado de uso	**79.524**	**–**	**79.524**
(–) Depreciações acumuladas	**(66.756)**	**–**	**(66.756)**
Total do ativo	**18.933.984**	**11.699.213**	**7.234.771**

Passivo e Patrimônio líquido	**2021**	**Circulante**	**Não Circulante**
Depósitos e demais instrumentos financeiros	**14.582.133**	**3.481.720**	**11.100.413**
Depósitos de clientes e instituições financeiras	5.956.849	97.290	5.859.559
Obrigações por empréstimos	1.805.716	1.805.716	–
Obrigações por operações compromissadas	235.810	235.810	–
Certificados de operações estruturadas	195.148	11.740	183.408
Instrumentos financeiros derivativos	6.129.498	1.072.052	5.057.446
Outros instrumentos financeiros	259.112	259.112	–
Provisões	**814**	**–**	**814**
Obrigações fiscais	**841.078**	**90.649**	**750.429**
Impostos de renda e contribuição social - Corrente	45.377	45.377	–
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	750.429	–	750.429
Outras obrigações fiscais	45.272	45.272	–
Outros passivos	**1.146.931**	**1.087.611**	**59.320**
Patrimônio líquido	**2.363.028**	**–**	**–**
Capital social	2.179.096	–	–
Reservas de capital	33.213	–	–
Reservas de lucros	171.773	–	–
Outros resultados abrangentes	(21.054)	–	–
Total do passivo e patrimônio líquido	**18.933.984**	**4.659.980**	**11.910.976**

7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, caixa e equivalentes de caixa são representados conforme abaixo demonstrado:

	2022	**2021**
Depósito no exterior em moeda estrangeira	3.535	1.853
Banco Central do Brasil - reserva livre	4.780	1.302
Aplicações em operações compromissadas (nota 8 (a))	2.777.968	1.756.595
Aplicações em moedas estrangeiras (nota 8 (c))	–	14
Total	**2.786.283**	**1.759.764**

8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Aplicações em operações compromissadas
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo está composto conforme abaixo demonstrado:

	2022		**2021**	
	Até 3 meses	**Total**	**Até 3 meses**	**Total**
Posição bancada:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	490.006	490.006	1.730.595	1.730.595
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	–	26.000	26.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	1.367.189	1.367.189	395.705	395.705
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	853.430	853.430	619.971	619.971
Subtotal	**2.710.625**	**2.710.625**	**2.772.271**	**2.772.271**
Posição vendida:				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	44.713	44.713	81.248	81.248
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	22.630	22.630	–	–
Subtotal	**67.343**	**67.343**	**81.248**	**81.248**
Total	**2.777.968**	**2.777.968**	**2.853.519**	**2.853.519**

b. Aplicações em depósitos interfinanceiros
Em 31 de dezembro de 2022, estão constituídas por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros no valor de R$ 421.826 (2021 - R$ 158.650), com vencimento até 03 de novembro de 2027 e taxas correspondentes a 100% do DI.
c. Aplicações em moedas estrangeiras
Em 31 de dezembro de 2021 referem-se a aplicações no exterior junto à The Goldman Sachs Group, Inc., Nova Iorque no montante de R$ 14.
d. Títulos e valores mobiliários
A carteira de títulos e valores mobiliários (TVM) está classificada, conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 do BACEN, na categoria "títulos para negociação" e "disponíveis para venda".
O valor de mercado dos títulos públicos e privados representa o seu valor presente, o qual foi calculado com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado.
O valor da aplicação em quotas do Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado ("FILCB") e de fundo de investimento em direitos creditórios ("FIDC") reflete o valor da última quota divulgada pelos administradores dos fundos, contemplando os resgates e aplicações realizados no período.
De acordo com a Circular nº 3.068/01 do BACEN, a reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais. A transferência entre categorias deve levar em conta a intenção e a capacidade financeira da instituição e ser efetuada pelo valor de mercado do TVM, levando em consideração que na hipótese de transferência da categoria títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já computados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados.
No exercício de 2022, a Administração decidiu pela reclassificação integral das carteiras de fundos de investimento em direitos creditórios ("FIDC") de "Títulos para negociação" para "Títulos disponíveis para venda" e parcialmente da carteira de debêntures de "Títulos para negociação" para "Títulos disponíveis para venda".
As reclassificações foram realizadas em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve resultado não realizado das carteiras reclassificadas, e por consequência, não houve reclassificação de saldos.
As ações são valorizadas pelas cotações de fechamento divulgadas pela B3 em contrapartida ao resultado do período.
O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
d.1 Composição por tipo

	2022		**2021**
Composição da carteira	**Valor de custo**	**Valor de mercado**	**Valor de mercado**
Carteira Própria	**6.416.589**	**6.421.669**	**6.200.063**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.880.580	3.881.078	4.011.070
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	279.841	278.449	33.149
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	299.407	304.494	233.856
Cotas de FIDC	1.763.597	1.763.597	1.158.892
Debêntures	178.922	179.809	699.504
Ações	14.242	14.242	63.592
Vinculados a Compromisso de Recompra	**150.829**	**150.848**	**154.700**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	150.829	150.848	154.700
Vinculados a Prestação de Garantias na B3	**2.122.040**	**2.125.317**	**1.440.291**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.080.766	2.084.043	1.399.340
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	–	–	4.330
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado - FILCB	41.274	41.274	36.621
Total da Carteira	**8.689.458**	**8.697.834**	**7.795.054**

d.2 Classificação e composição por prazo de vencimento

	2022						**2021**
Títulos para negociação (1)	**Sem vencimento**	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Valor de mercado**	**Valor de mercado**
Carteira própria	18.916	2.985.361	681.063	447.885	364.226	4.497.451	6.200.063
Vinculados a compromisso de recompra	–	–	150.848	–	–	150.848	154.700
Vinculados a prestação de garantias na B3 (2)	41.274	–	773.725	1.310.318	–	2.125.317	1.440.291
Subtotal	**60.190**	**2.985.361**	**1.605.636**	**1.758.203**	**364.226**	**6.773.616**	**7.795.054**
Títulos disponíveis para venda							
Carteira própria	1.763.597	–	–	–	160.621	1.924.218	–
Subtotal	**1.763.597**	**–**	**–**	**–**	**160.621**	**1.924.218**	**–**
Total da carteira	**1.823.787**	**2.985.361**	**1.605.636**	**1.758.203**	**524.847**	**8.697.834**	**7.795.054**

1. Títulos classificados na categoria para negociação e, assim, apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independente de suas datas de vencimento, conforme Circular nº 3.068/01, do BACEN.
2. Os títulos públicos vinculados à prestação de garantia referem-se às operações realizadas junto à B3.

e. Instrumentos financeiros derivativos
Estão representados por operações de futuros, swap, opções, operações a termo de título público e de moeda - NDF (*Non-Deliverable Forward*) e outros derivativos devidamente registrados na B3, envolvendo taxas do mercado interfinanceiro, ações, commodities e variação cambial.
O Banco atua no mercado de futuros da B3, principalmente como parte da execução de sua política de gerenciamento de riscos, a fim de reduzir os riscos resultantes de suas operações (*hedge global*).
A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições.
A gestão de riscos e os controles internos existentes visam permitir que o Banco não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros, índices de preços, do câmbio e de *commodities*.
Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se os parâmetros internacionais utilizados pela organização mundialmente. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos, tais como "VaR".
A precificação dos contratos futuros detidos pelo Banco é apurada com base nos preços de fechamento divulgados diariamente pela B3.
A precificação das operações de swap e a termo de título público e NDF é fundamentada pela geração de curvas de mercado obtidas por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.
O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades.
Os instrumentos financeiros derivativos listados acima, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, estão representados como segue:

continua→★

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 02/03/2023
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/02/GOLDMANSACHS1568001002032023.pdf
Hash:1677711480314c8f0bb89e483f8ebe8dd8806b5a95

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ nº 04.332.281/0001-30

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021 - Em R$ mil

e.1 Composição por indexador

	2022			2021
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
Operações de *swap*	**4.187.654**	**(4.968.185)**	**96.696.697**	**109.073.238**
Ações	2.953	(10.157)	145.156	–
Indexados em índices de preços e juros	281.247	(826.701)	17.112.204	27.645.781
Moeda Estrangeira	1.799.505	(1.876.852)	19.852.159	20.074.710
Taxa de Juros Pré - Reais	2.103.949	(2.254.475)	59.587.178	61.352.747
Opções de ações	**5.365.236**	**(123.198)**	**15.065.913**	**2.198.858**
Compra de opção de compra	992.394	–	1.362.135	799.745
Venda de opção de compra	–	(91.535)	6.683.666	487.505
Compra de opção de venda	4.372.842	–	6.134.389	451.637
Venda de opção de venda	–	(31.663)	885.723	459.971
Opções de moeda	**3.866.245**	**(15.879)**	**13.824.670**	**2.164.068**
Compra de opção de compra	1.313.197	–	3.440.084	529.798
Venda de opção de compra	–	(7.838)	1.440.084	529.798
Compra de opção de venda	2.553.048	–	5.472.251	552.236
Venda de opção de venda	–	(8.041)	3.472.251	552.236
Opções de *commodities*	**10.580**	**(8.992)**	**7.525.308**	**30.495**
Compra de opção de compra	5.845	–	2.912.859	30.495
Venda de opção de compra	–	(4.257)	2.884.347	–
Compra de opção de venda	4.735	–	864.051	–
Venda de opção de venda	–	(4.735)	864.051	–
NDF (*Non-Deliverable Forward*) de moedas	**283.845**	**(189.598)**	**44.493.988**	**22.748.761**
Posição comprada	100.443	(137.930)	23.021.326	9.620.661
Posição vendida	183.402	(51.668)	21.472.662	13.128.100
NDF (*Non-Deliverable Forward*) de *commodities*	**276.965**	**(275.953)**	**5.323.947**	**506.841**
Posição comprada	253.090	(23.597)	2.661.461	253.300
Posição vendida	23.875	(252.356)	2.662.486	253.541
Outros derivativos	**401.492**	**(321.332)**	**3.424.544**	**3.457.281**
Posição comprada	401.492	–	2.311.479	2.362.480
Posição vendida	–	(321.332)	1.113.065	1.094.801
Operações com futuros	**37.318**	**(124.163)**	**43.595.822**	**19.268.451**
Posição comprada	**8.546**	**(89.477)**	**32.239.651**	**15.880.158**
Cupom cambial - DDI	6.286	–	783.843	563.932
DAP	1.827	–	12.089.819	10.089.104
DI de 1 dia	433	–	1.331.550	233.970
Dólar	–	(89.477)	18.034.439	4.993.152
Posição vendida	**28.772**	**(34.686)**	**11.356.171**	**3.388.293**
Cupom cambial - DDI	–	(33.811)	5.087.027	875.984
DAP	33	–	608.988	–
DI de 1 dia	–	(875)	1.036.691	1.469.157
Dólar	–	–	–	338.420
SCS	10.812	–	1.318.400	24.972
WDO	17.927	–	3.305.065	679.760
Termo de título público	**4.765.947**	**(4.768.288)**	**4.769.033**	**187.449**
Compra a termo de título público	2.652.087	(2.651.342)	2.652.087	100.471
Venda a termo de título público	2.113.860	(2.116.946)	2.116.946	86.978
Total	**19.195.282**	**(10.795.588)**	**234.719.922**	**159.635.442**

e.2 Composição por valor nominal por contraparte

	2022					2021
	Instituições Financeiras	*Corporate /* Setor Público	Institucional	B3	Total	Total
Operações de *swap*	4.129.436	31.035.417	61.531.844	–	96.696.697	109.073.238
Opções	4.339.575	4.733.059	5.230.297	22.112.960	36.415.891	4.393.421
Non-Deliverable Forward - NDF	183.820	6.090.870	43.543.245	–	49.817.935	23.255.602
Outros derivativos	747.162	–	2.672.479	4.903	3.424.544	3.457.281
Operações com futuros	–	–	–	43.595.822	43.595.822	19.268.451
Termo de título público	3.859.417	–	909.616	–	4.769.033	187.449
Total	**13.259.410**	**41.859.346**	**113.887.481**	**65.713.685**	**234.719.922**	**159.635.442**

e.3 Composição do valor nominal por local de negociação

	2022			2021
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor nominal
Operações de *swap*	–	96.696.697	96.696.697	109.073.238
Opções	22.112.960	14.302.931	36.415.891	4.393.421
Non-Deliverable Forward - NDF	–	49.817.935	49.817.935	23.255.602
Outros derivativos	–	3.424.544	3.424.544	3.457.281
Operações com futuros	43.595.822	–	43.595.822	19.268.451
Termo de título público	–	4.769.033	4.769.033	187.449
Total	**65.708.782**	**169.011.140**	**234.719.922**	**159.635.442**

e.4 Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro, bem como o resultado dos contratos de swap, opções, termo de moeda e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

	2022			2021
	Valor de custo	Ganhos/ perdas não realizados	Valor de mercado	Valor de mercado
Ativo	**16.719.877**	**2.438.087**	**19.157.964**	**5.780.398**
Operações de *swap*	2.380.078	1.807.576	4.187.654	4.701.111
Opções	9.234.923	7.138	9.242.061	106.133
Non-Deliverable Forward - NDF	66.121	494.689	560.810	369.459
Outros derivativos	271.586	129.906	401.492	416.172
Termo de título público	4.767.169	(1.222)	4.765.947	187.523
Passivo	**(9.036.773)**	**(1.634.650)**	**(10.671.425)**	**(6.129.498)**
Operações de *swap*	(3.661.908)	(1.306.277)	(4.968.185)	(5.297.724)
Opções	(143.085)	(4.984)	(148.069)	(91.352)
Non-Deliverable Forward - NDF	(220.521)	(245.029)	(465.551)	(206.510)
Outros derivativos	(241.023)	(80.308)	(321.332)	(346.426)
Termo de título público	(4.770.236)	1.948	(4.768.288)	(187.486)

e.5 Resultado com derivativos

	2022	2021
Operações de *swap*	382.457	407.669
Opções	(26.834)	(117.579)
Non-Deliverable Forward - NDF	(619.613)	(151.175)
Operações com futuros	646.797	118.667
Outros derivativos	(2.377)	430
Total	**380.430**	**258.012**

f. Operações de crédito

f.1 Empréstimos

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

São classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica "Operações de Crédito" refere-se, principalmente, a empréstimo representado por um contrato indexado ao CDI acrescidos de uma taxa fixa anual, concedido na forma de cédula de crédito bancário para entidade não ligada, cuja atividade econômica se insere na categoria de prestação de serviços, com vencimento em junho de 2025 e com pagamento de juros semestrais. O saldo da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 302.133 (2021 - zero). O nível de risco da operação está classificado como "C", razão pela qual foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R$ 9.064 (2021 - zero), correspondente a 3% do valor atualizado do crédito concedido.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a receita de operações de crédito é de R$ 24.106 (2021 - zero), o saldo é também composto por R$ 299 (2021 - R$ 226) referente a rendas de empréstimos de ações.

A despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa totaliza R$ 9.064 (2021 - zero).

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

f.2 Direitos por empréstimos de ações

Em 31 de dezembro de 2022, as operações no montante de R$ 9.462 (2021 - R$ 109.197) nas modalidades de empréstimos de valores mobiliários de que trata a Resolução CMN nº 3.539/08, com vencimento até 30 de janeiro de 2023 (2021 com vencimento até 08 de fevereiro de 2022).

f.3 Rendas de empréstimos - Outros

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$ 32.544 (2021 - despesa de R$ 4.161) refere-se a rendas de direitos por empréstimos de ações.

g. Outros instrumentos financeiros - Carteira de câmbio

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos são compostos por:

	2022	2021
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	336.868	167.229
Direitos sobre vendas de câmbio	770.195	91.151
Total	**1.107.063**	**258.380**
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	766.935	90.928
Obrigações por compra de câmbio	338.553	168.184
	1.105.488	**259.112**

9 INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Banco possui participação de 100% em sociedade controlada, a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., conforme abaixo:

	2022	2021
Participação no capital integralizado	**100 %**	**100 %**
Quantidade de ações detidas	400.384.000	339.000.000
Capital social da controlada	400.384	339.000
Patrimônio líquido da controlada	480.407	397.075
Resultado de participação em controlada no exercício	81.392	53.254
Resultado acumulado com equivalência patrimonial	80.023	58.075
Valor contábil do investimento	**480.407**	**397.075**

10 IMOBILIZADO DE USO E DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS

	2022			2021		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Instalações, móveis e equipamentos de uso	51.787	(49.321)	2.466	49.579	(44.699)	4.880
Imobilizações em curso	267	–	267	448	–	448
Comunicação	34.409	(18.299)	16.110	17.109	(14.719)	2.390
Equipamentos de processamento de dados	11.774	(7.611)	4.163	12.388	(7.338)	5.050
Total	**98.237**	**(75.231)**	**23.006**	**79.524**	**(66.756)**	**12.768**

11 OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos são compostos por:

	2022	2021
Negociação e Intermediação de valores	576.099	729.178
Valores a receber de sociedades ligadas (notas 16 (a))	173.786	183.040
Rendas a receber	6.775	22.084
Despesas antecipadas	2.290	1.123
Diversos	6.462	15.171
Total	**765.412**	**950.596**

a. Negociação e intermediação de valores refere-se a depósitos em moeda estrangeira para garantia na Bolsa de Mercadoria de Câmbio ("BMC") no montante de R$ 131.747 (2021 - R$ 83.708), operações por conta própria no montante de R$ 1.477 (2021 - zero), operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar no montante de R$ 436.285 (2021 - R$ 10.694), e a outros créditos por negociação e intermediação de valores no montante de R$ 6.590 (2021 - R$ 9.624). Em dezembro 2021 Negociação e intermediação de valores também refere-se a devedores - conta liquidações pendentes no montante de R$ 625.153. Do montante total relativo à negociação e intermediação de valores, R$ 10.476 (2021 - R$ 635.847) correspondem à transação com partes relacionadas (nota 16 (a)).

b. Rendas a receber refere-se, principalmente, a serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestados a terceiros.

c. Diversos refere-se, principalmente, à antecipações a fornecedores no montante de R$ 3.821 (2021 - R$ 5.376) e a adiantamentos e antecipações salariais de férias e 13º salário no montante de R$ 381 (2021 - R$ 464). Em dezembro 2021 Diversos refere-se também ao reembolso de despesa decorrente do custo incorrido no desenvolvimento tecnológico de uso interno no montante R$ 8.530).

12 DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Depósitos de clientes e instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos são compostos por:

	2022	2021
Depósitos interfinanceiros	**733.648**	**402.338**
De 1 a 90 dias	275.109	31.035
De 91 até 360 dias	2.996	–
A vencer após 360 dias	455.543	371.303
Depósitos a prazo	**3.770.499**	**5.554.511**
De 1 a 90 dias	15.291	–
De 91 até 360 dias	361.572	233
A vencer após 360 dias	3.393.636	5.554.278
Total de depósitos	**4.504.147**	**5.956.849**

Depósitos interfinanceiros, representados por captações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros com instituições financeiras, foram contratados a taxas equivalentes a 100% do DI, sendo R$ 424.051 (2021 - R$ 371.303) correspondente a transação com partes relacionadas (nota 16 (a)).

Depósitos a prazo, representados por captações em Certificados de Depósitos Bancários, foram contratados a taxas que variam entre 93% e 114% do DI, sendo o montante de R$ 3.073.237 (2021 - R$ 5.212.617) correspondente à transação com partes relacionadas (nota 16 (a)).

b. Obrigações por empréstimos

Em 31 de dezembro de 2022, referem-se, principalmente, a empréstimos captados no exterior junto à The Goldman Sachs Group, Inc., Nova Iorque, com vencimento em até 3 meses, no montantes de USD 2.463.867, convertido pela taxa PTAX de fechamento equivalentes a R$ 12.855.718 (2021 - R$ 1.805.716).

Em conformidade com as normas contábeis aplicadas às Instituições financeiras, a conversão de transações denominadas em moedas estrangeiras para a moeda nacional deve ser efetuada utilizando-se a taxa PTAX divulgada pelo BACEN, enquanto os demais instrumentos financeiros são convertidos pela taxa Spot interna utilizada para apuração dos seus devidos valores de mercado.

Em função do descasamento entre as taxas Spot vs. PTAX na contabilidade (Spot interna da Goldman Sachs: 5,28853 e PTAX: 5,2177), no último dia útil do exercício fiscal de 2022, o Banco incorreu em variação cambial positiva, no valor de R$ 179.164, antes da tributação sobre o lucro e participações, considerando outras exposições em moeda estrangeira no balanço.

Como o resultado é temporário, a sua reversão foi registrada na liquidação das operações denominadas em dólar, ou seja, ao longo do mês de janeiro de 2023.

A faculdade de se utilizar a taxa alternativa prevista no Art. 5º § 1º da Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021, não foi implementada pelo Banco em função da publicação do Ato Declaratório Executivo Cosit nº 36, de 06 de Dezembro de 2021, emitido pela Receita Federal do Brasil (RFB), instituindo que, caso a instituição adotasse a taxa alternativa para fins contábeis, ela não seria aceita para fins fiscais. Adicionalmente, como o Ato Declaratório foi publicado no final do exercício de 2021, não houve tempo hábil para desenvolver os controles requeridos pela RFB, a partir de 01 de janeiro de 2022. Distorções dessa natureza ocorrem todos os meses. Contudo, devido ao tamanho da exposição no final do exercício de 2022, o impacto foi significativamente maior do que em meses anteriores.

c. Obrigações por operações compromissadas

Em 31 de dezembro de 2022 estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R$ 217.760 (2021 - R$ 235.810), sendo:

• R$ 150.525 (2021 - R$ 153.852) correspondentes a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos da carteira própria, sendo sua totalidade referente a transações com partes relacionadas (nota 16 (a)); e

• R$ 67.235 (2021 - R$ 81.958) correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, em razão da venda definitiva dos respectivos títulos, representadas por NTN-F e NTN-B (2021 - NTN-B).

d. Certificados de operações estruturadas

Em 31 de dezembro de 2022, referem-se à captação por certificados de operações estruturadas (COE), com vencimento até junho de 2028, no montante de R$ 226.430 (2021 - R$ 195.148).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a despesa com as captações com certificados de operações estruturadas somam R$ 11.181 (2021 - R$ 10.674).

13 OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo está composto por:

	2022	2021
Negociação e intermediação de valores (1)	705.431	822.447
Valores a pagar sociedades ligadas (notas 16 (a))	76.734	86.322
Provisão para despesas de pessoal (2)	146.434	198.057
Provisão para outras despesas administrativas (3)	31.408	34.413
Credores diversos	30.593	5.692
Total	**990.600**	**1.146.931**

1. Negociação e intermediação de valores refere-se a ajustes diários a pagar de operações em bolsa com entidades ligadas no montante de R$ 523.236 (2021 - zero), comissões e corretagens a pagar no montante de R$ 4.805 (2021 - R$ 2.829), credores por empréstimos de ações no montante de R$ 168.367 (2021 - R$ 94.373), e a outras obrigações por negociação e intermediação de valores no montante de R$ 9.023 (2021 - R$ 9.684). Do montante total relativo à negociação e intermediação de valores, R$ 523.874 (2021 - R$ 546) correspondem à transação com partes relacionadas (nota 16 (a)).
2. Provisão para despesas de pessoal refere-se, principalmente, à provisão para gratificações a pagar (bônus) no montante de R$ 2.979 (2021 - R$ 3.185), à provisão para impostos sobre gratificações a pagar (bônus) no montante de R$ 1.019 (2021 - R$ 1.089), à gratificações a pagar (bônus) no montante de R$ 88.906 (2021 - R$ 126.307) e a encargos sobre gratificações a pagar (bônus) no montante de R$ 30.101 (2021 - R$ 42.053).
3. Provisão para outras despesas administrativas refere-se, substancialmente, à provisão de encargos sociais sobre os saldos relativos ao pagamento baseado em ações no montante de R$ 25.985 (2021 - R$ 27.759).

14 IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CS) CORRENTES E DIFERIDOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS

a. Impostos e contribuições correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos são representados como segue:

	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**733.352**	**733.352**	**483.109**	**483.109**
Participações estatutárias no lucro	(9.960)	(9.960)	(7.518)	(7.518)
Juros sobre o capital próprio	(150.000)	(150.000)	(100.000)	(100.000)
Resultado antes da tributação sobre o lucro ajustado	**573.392**	**573.392**	**375.591**	**375.591**
Imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) antes dos ajustes fiscais	143.348	114.678	93.898	75.118
Diferenças temporárias	370	296	135	108
Diferenças permanentes	(36.689)	(31.352)	(31.534)	(33.299)
Outros	–	4.539	2.651	1.485
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**107.029**	**88.161**	**65.150**	**43.412**

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos calculados com base na natureza das diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	Origens		Impostos Diferidos			
	2022	2021	2021	Realização/ Reversão	Constituição	2022
Provisão para perdas de crédito	9.064	15	6	–	4.073	4.079
Marcação a mercado negativa - TVM e derivativos	1.661.198	1.164.208	523.894	(523.894)	747.539	747.539
Unidades de ações restritas - RSU	85.787	76.718	34.523	(16.539)	20.620	38.604
Remuneração Variável	8.602	16.432	7.396	(7.396)	3.871	3.871
Outras Provisões Indedutíveis	14.962	9.434	4.245	(4.245)	6.733	6.733
Marcação a mercado negativa - RSU - Patrimônio líquido	12.742	32.337	14.552	(14.552)	5.734	5.734
Total de ativos fiscais diferidos	**1.792.355**	**1.299.144**	**584.616**	**(566.626)**	**788.570**	**806.560**
Marcação a mercado positiva - TVM e derivativos	(2.256.638)	(1.667.619)	(750.429)	750.429	(1.015.487)	(1.015.487)
Total de passivos fiscais diferidos	**(2.256.638)**	**(1.667.619)**	**(750.429)**	**750.429**	**(1.015.487)**	**(1.015.487)**

Uma vez atendidos os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20, quais sejam: (i) apresentem histórico de lucros ou de receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência e (ii) haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de IR e CS, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos; no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco reconhece ativo fiscal diferido sobre imposto de renda e contribuição social relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, nos montantes de R$ 448.089 e R$ 358.471, respectivamente. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R$ 806.560 é estimada em 5% no primeiro ano, 2% no segundo, 1% no terceiro, 0% no quarto e 0% no quinto ano. Os 92% restantes são realizáveis nos cinco anos seguintes. O valor presente dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base nas taxas médias de captação do Banco, monta a R$ 185.564 e R$ 148.452, respectivamente. Já o valor presente dos passivos tributários monta a R$ 470.275 e R$ 376.220, respectivamente.

O valor de crédito tributário não ativado sobre o prejuízo fiscal monta a R$ 9.051 (2021 - R$ 9.051).

O valor de crédito não ativado, por não atender aos critérios estabelecidos na Resolução mencionada anteriormente, totaliza R$ 149.194 (2021 - R$ 114.248).

c. Obrigações fiscais - Outras

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo está composto por:

	2022	2021
Impostos e contribuições sobre salários	11.633	7.557
Outros - PIS, Cofins, ISS e CIDE	10.977	19.964
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros (1)	10.501	17.751
Total	**33.111**	**45.272**

1. Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros referem-se, substancialmente a imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio no montante de R$ 9.750 (2021 - R$ 15.000), e a imposto de renda retido na fonte sobre operações de *swap* no montante de R$ 366 (2021 - R$ 702).

15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado é representado, em 31 de dezembro de 2022, por 2.529.787.641 (2021 - 2.179.096.500) ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R$ 1 (hum real) cada ação, em conformidade com a regulamentação aplicável.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 27 de dezembro de 2021, foi aprovado o aumento de capital proposto pela Administração no montante de R$ 651.000, mediante a emissão de 651.000.000 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R$ 1 (hum real) cada, oriundo de (i) juros distribuídos a título de remuneração sobre o capital próprio, líquido dos efeitos tributários no montante de R$ 85.000; (ii) dividendos declarados no montante de R$ 520.000; e (iii) a utilização da Reserva Legal no montante de R$ 46.000.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 22 de junho de 2022, foi aprovado o aumento de capital proposto pela Administração no montante de R$ 204.986, mediante a emissão de 200.014.009 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R$ 1 (hum real), oriundo de (i) de R$ 13.389 a título de Reserva Legal; (ii) R$ 33.213 a título de Reserva de Capital; e R$ 158.384 a título de Reservas Estatutárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 30 de setembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital no montante de R$ 90.456, mediante a emissão de 90.456.032 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R$ 1 (hum real) cada, oriundo de (i) Juros distribuídos a título de Remuneração sobre o Capital Próprio, liquido dos efeitos tributários no montante de R$ 72.250; (ii) retenção de lucros no montante de R$ 18.206.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 28 de dezembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital de R$ 55.250 líquido de efeitos tributários, mediante a emissão de 55.250.000 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R$ 1 (hum real), oriundo de distribuição de Juros sobre Capital Próprio, líquido dos efeitos tributários. Esse aumento de capital encontra-se em fase de homologação junto ao BACEN.

b. Reservas de capital

A Resolução CMN nº 3.989, de 31 de dezembro de 2011, alterou a partir de 1º de janeiro de 2012, a prática contábil relativa ao registro de benefícios pagos em ações (nota 17 (b)). De acordo com o disposto na referida Resolução, as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem observar os critérios e condições estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 03 de dezembro de 2010, na mensuração, reconhecimento e divulgação das transações com pagamento baseado em ações.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da rubrica "Reservas de capital" totaliza R$ 33.213 (2020 - R$ 33.213), sendo composta por contribuição ao capital no montante de R$ 28.242 relativa ao pagamento baseado em ações de exercícios anteriores a 2012 para o qual não havia acordo de repagamento, e reserva de capital de sua subsidiária integral reconhecida por meio de equivalência patrimonial reflexa no montante de R$ 4.971 (2020 - R$ 4.971). Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da rubrica "Reservas de capital" foi integralmente incorporado como aumento de capital.

c. Reservas de lucros, dividendos e juros sobre o capital próprio

Nos termos do artigo 189, da Lei nº 6.404/76, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, nos termos do artigo 193 da referida Lei, do Lucro líquido do período, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Conforme o parágrafo segundo do referido artigo, a Reserva legal tem por fim assegurar a integridade do Capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o Capital.

Nos termos do artigo 25 do Estatuto Social do Banco, a Diretoria poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço ao fim de cada exercício e em 30 de junho de cada ano. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") é efetuado dentro do limite de dedutibilidade e apurado sobre o lucro do exercício. Com base na Deliberação CVM nº 683/2012 o tratamento contábil dado aos JCP é análogo ao tratamento dado aos dividendos obrigatórios, ou seja, o valor determinado é lançado diretamente na conta de Lucros acumulados.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 22 de junho de 2022, foi aprovada a utilização da Reserva Legal para aumento de capital no montante de R$ 13.389 (2021 - R$ 46.000).

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da rubrica "Reservas de lucros" totaliza R$ 325.700 (2021 - R$ 171.773), sendo constituído por "Reserva legal" no montante de R$ 24.696 (2021 - R$ 13.389) e "Reserva estatutária" no montante de R$ 301.004 (2021 - R$ 158.384).

16 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Empresas controladoras, controladas e outras partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022, as transações realizadas entre o Banco e partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo BACEN, com controladores (1), controladas (2), coligadas (3) e com outras partes relacionadas (4) estão representadas por:

	2022		2021	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Investimento em controlada	**480.408**	**43.981**	**397.075**	**(4.990)**
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	480.408	43.981	397.075	(4.990)
Aplicações em moedas estrangeiras	**–**	**2.208**	**14**	**11.369**
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	–	2.208	14	11.369
Instrumentos financeiros derivativos	**846.903**	**(3.470.776)**	**3.166.875**	**426.602**
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	106.222	(2.718.644)	2.197.835	661.630
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (4)	740.567	(752.006)	969.040	(233.810)
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	213	213	–	(454)
INSS Consignado Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (4)	(99)	(339)	–	–
Goldman Sachs International (3)	–	–	–	414
Goldman Sachs Capital Markets, L.P. (3)	–	–	–	(1.178)
Outros ativos - Negociação e intermediação de valores	**10.476**	**–**	**635.847**	**–**
Goldman Sachs International (3)	–	–	582.913	–
Goldman Sachs Capital Markets, L.P. (3)	–	–	42.240	–
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	10.476	–	10.694	–
Outros ativos - Valores a receber de sociedades ligadas	**173.785**	**546.398**	**183.040**	**541.653**
Goldman Sachs International (3)	126.616	323.739	108.408	289.484
Goldman, Sachs & Co. LLC (3)	25.834	120.758	49.245	190.493
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	14.743	44.919	13.683	36.487
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	207	–	5.553	(4)
Goldman Sachs Asset Management, LP. (3)	2.558	7.228	2.476	6.429
Goldman Sachs Capital Markets, LP. (3)	–	25.156	–	403
Goldman Sachs Asset Management International (3)	2.558	7.228	2.476	6.389
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	888	9.656	836	8.901
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (4)	185	2.203	163	1.929
J. Aron & Company (3)	178	615	157	1.137
Goldman Sachs Services LLC (3)	–	–	22	–
GSBE SE, Paris Branch (3)	–	19	–	–
GSBE SE, Milan Branch (3)	–	4.877	–	–
Outros valores a receber de partes relacionadas (3)	18	–	21	5
Depósitos a prazo	**(3.073.237)**	**(365.906)**	**(5.212.617)**	**(214.864)**
Sphere Fundo de Investimentos Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	(1.284.811)	(163.510)	(3.519.412)	(142.901)
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (4)	(1.211.691)	(138.899)	(1.307.880)	(58.895)
Goldman Sachs Participações Ltda. (3)	(6.139)	(682)	(5.563)	(311)
Goldman Sachs Participações II Ltda. (3)	(3.561)	(336)	(2.625)	(110)
Goldman Sachs & Co. LLC (3)	(567.035)	(62.479)	(377.137)	(12.647)
Depósitos interfinanceiros	**(424.051)**	**(44.403)**	**(371.303)**	**(14.016)**
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	(424.051)	(44.403)	(371.303)	(14.016)
Empréstimos no exterior	**(12.876.838)**	**(52.152)**	**(1.805.716)**	**(1.404)**
The Goldman Sachs Group, Inc (1)	(12.876.838)	(52.152)	(1.805.716)	(1.404)
Obrigações por operações compromissadas	**(150.526)**	**(21.998)**	**(153.852)**	**(5.296)**
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	(68.385)	(14.100)	(101.735)	(2.603)
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	(82.141)	(7.898)	(52.117)	(2.693)
Outros instrumentos financeiros - Carteira de câmbio	**(22.724)**	**–**	**–**	**–**
Goldman Sachs International (3)	(22.724)	–	–	–
Outros passivos - Negociação e intermediação de valores	**(523.874)**	**(1.315)**	**(546)**	**(1.940)**
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	(638)	(1.315)	(546)	(1.940)
Goldman Sachs International (3)	(445.785)	–	–	–
Goldman Sachs Capital Markets, L.P. (3)	(77.451)	–	–	–
Outros passivos - Valores a pagar a sociedades ligadas (i)	**(76.734)**	**(24.599)**	**(86.322)**	**(11.536)**
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(74.212)	–	(81.935)	–
Goldman, Sachs & Co. LLC (3)	(1.312)	(16.150)	(2.931)	(11.511)
Goldman Sachs International (3)	(179)	(127)	(433)	–
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	(1.000)	–	(718)	–
J. Aron & Company (3)	–	–	(53)	–
GS Argentina L.L.C. Branch (3)	–	–	(81)	–
GSBE SE, Sucursal en Espana (3)	–	(248)	–	–
Goldman Sachs Group Y Compania A, S. De RL de C.V. (3)	(3)	–	(134)	–
Goldman Sachs Gestion S.A. (3)	–	–	(37)	–
Goldman Sachs Canada Inc. (3)	(15)	–	–	–
GSBR SE, Paris Branch (3)	–	(7.670)	–	–
GSBR SE, Milan Branch (3)	–	(404)	–	–
Outras partes relacionadas (3)	(13)	–	–	(25)
Patrimônio líquido - Capital social	**(2.529.788)**	**–**	**(2.179.096)**	**–**
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(2.527.258)	–	(2.176.917)	–
Goldman Sachs Global Holdings L.L.C. (1)	(2.530)	–	(2.179)	–

(i) "Outros passivos - Valores a pagar a sociedades ligadas" referem-se, principalmente, ao repagamento do plano de incentivo de ações (RSUs). As transações entre partes relacionadas foram contratadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e a ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

b. Remuneração de pessoas-chave da Administração

Para fins de divulgação, são considerados pessoas-chave da Administração os diretores estatutários do Conglomerado

	2022	2021
Benefícios de curto prazo - Administradores		
Proventos	29.853	45.886
Encargos sociais curto prazo	7.509	14.403
Benefícios de longo prazo - Administradores		
Pagamento baseado em ações	11.993	18.842
Encargos sociais longo prazo	4.092	6.433

17 PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA E DE INCENTIVO DE AÇÕES

a. Plano de previdência privada

O Banco oferece a todos os funcionários um plano de previdência privada PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) na modalidade de contribuição definida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco contribuiu com R$ 3.980 (2021 - R$ 3.400) para o fundo de previdência.

b. Plano de incentivo de ações

The Goldman Sachs Group, Inc. empresa controladora do Banco, patrocina o plano de pagamento em ações, Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. (SIP), que prevê, entre outras alternativas, concessões de opções de ações de incentivo e unidades de ações restritas (RSUs).

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo da data da outorga do prêmio. Prêmios de ações que não requerem prestação de serviços futuros são reconhecidos como despesa (ex., prêmios adquiridos, incluindo prêmios concedidos a ex-empregados elegíveis). Prêmios de ações que requerem prestação de serviços futuros são amortizados no decorrer do período do serviço prestado. As prescrições previstas são incluídas na determinação da despesa de pagamento de ações a empregados. O Banco paga dividendos equivalentes em dinheiro sobre o saldo RSUs.

• Unidades de ações restritas

A empresa controladora indireta outorga RSUs para os empregados do Banco de acordo com o SIP, as quais são avaliadas com base no preço de fechamento das ações na data da outorga levando em consideração um desconto de liquidez de quaisquer restrições aplicáveis pós-aquisição de transferência. O direito adquirido sobre as unidades de ações restritas, bem como as ações ordinárias entregues, são concedidas conforme descrito no acordo de RSU, prevendo outorga acelerada em determinadas circunstâncias, tais como, aposentadoria, morte, incapacidade e conflito de trabalho. A entrega das ações ordinárias está condicionada à aquisição de direito dos beneficiários que preencham os requisitos definidos no plano de incentivos.

As RSUs são emitidas em dólar americano e convertidas para reais pela taxa PTAX de venda divulgada pelo BACEN para 30 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

A movimentação das RSUs para 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

	2022		2021	
Movimentação pela quantidade de ações:	**Requer serviço futuro (*unvested*) (nº de ações)**	**Não requer serviço futuro (*vested*) (nº de ações)**	**Requer serviço futuro (*unvested*) (nº de ações)**	**Não requer serviço futuro (*vested*) (nº de ações)**
Saldo ao final do exercício anterior	**15.637**	**30.137**	**24.576**	**27.105**
Outorgada (1) (2) (*granted*)	20.262	8.627	15.994	4.866
Prescrita (*forfeited*)	(475)	–	(5.220)	(127)
Entregue (3) (*delivered*)	–	(25.426)	–	(23.581)
Adquirida por direito (2) (*vested*)	(16.271)	16.271	(21.874)	21.874
Transferida entrada/(saída) (*transfered*)	(34)	–	2.161	–
Saldo ao final do exercício	**19.119**	**29.609**	**15.637**	**30.137**

	2022		2021	
Movimentação pela média ponderada (Em Reais):	**Requer serviço futuro (*unvested*) (média ponderada)**	**Não requer serviço futuro (*vested*) (média ponderada)**	**Requer serviço futuro (*unvested*) (média ponderada)**	**Não requer serviço futuro (*vested*) (média ponderada)**
Saldo ao final do exercício anterior	**1.300,67**	**1.183,53**	**1.160,07**	**1.130,61**
Outorgada (1) (2) (*granted*)	1.770,21	1.729,35	1.524,37	1.545,97
Prescrita (*forfeited*)	1.708,27	–	1.256,78	1.260,47
Entregue (3) (*delivered*)	–	1.220,84	–	1.162,42
Adquirida por direito (2) (*vested*)	1.478,96	1.478,96	1.259,52	1.259,52
Transferida entrada/(saída) (*transfers*)	1.385,19	–	1.379,22	–
Saldo ao final do exercício	**1.635,38**	**1.476,30**	**1.391,11**	**1.265,82**

* O "saldo ao final do exercício" para o ano de 2022 difere do "saldo no final do exercício anterior" em 2021, para fins dessa divulgação, em função da PTAX utilizada para conversão em 30 de dezembro de 2022 em comparação a PTAX utilizada para conversão em 31 de dezembro de 2021.

1. A média ponderada a valor justo na data da outorga das RSUs concedidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 1.758,00 (2021 - R$ 1.529,39). O valor justo da RSUs outorgadas em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 inclui um desconto de liquidez (*liquidity discount*) de 2,99% e 8,81% respectivamente, para refletir restrições de até 4 anos pós-aquisição do direito de transferência.
2. O valor justo agregado das ações com direito adquirido em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 42.552 (2021 - R$ 49.270).
3. A média ponderada na data de entrega das RSUs entregues em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 1.796,98 (2021 - R$ 1.617,40).

continua→★

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 02/03/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/02/GOLDMANSACHS1568001002032023.pdf

Hash:1677711480314c8f0bb89e483f8ebe8dd8806b5a95

Goldman Sachs

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ nº 04.332.281/0001-30

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021 - Em R$ mil

Em decorrência da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, o Banco registrou o total de despesas de provisão para pagamento em ações, líquido de prescrições, baseado no preço da data de outorga. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi registrado o montante de R$ 35.852 (2021 - R$ 35.205) referentes a amortização dos prêmios em ações.
A contrapartida do lançamento acima foi contabilizada como provisão no Passivo.
Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco registrou despesa de provisão de encargos sociais, baseados no valor atual da ação, no montante de R$ 14.624 (2021 - R$ 18.108).
Considerando o contrato de repagamento assinado em 31 de dezembro de 2012 com a The Goldman Sachs Group, Inc. a provisão para pagamento em ações referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 corresponde ao valor ajustado a mercado de R$ 71.273 (2021 - R$ 81.296).
A provisão de encargos sociais é de R$ 25.985 em 31 de dezembro de 2022 (2021 - R$ 27.759).

18 OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Passivos contingentes e obrigações legais

• Passivos contingentes trabalhistas classificados como risco de perda provável e possível

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco figura como parte em litígios de natureza trabalhista, patrocinados por ex-funcionários e ex-prestadores de serviços. O valor das contingências é provisionado com base nas características individuais de cada ação. Em 31 de dezembro de 2022, as contingências trabalhistas classificadas como risco de perda provável pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos, montam em R$ 1.157 (2021 - R$ 814).
Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, não existem contingências trabalhistas classificadas como possíveis, com base nos pareceres emitidos pelos consultores legais externos responsáveis pela condução das ações.
Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento sobre limites da coisa julgada em matéria tributária, permitindo a anulação de decisão tributária definitiva. A Administração entende não haver impactos para o Banco em função da referida decisão.

• Passivos contingentes regulatórios classificados como risco de perda provável e possível

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, não existem contingências regulatórias classificadas como possíveis, com base nos pareceres emitidos pelos consultores legais externos responsáveis pela condução dos processos.

• Passivos contingentes fiscais classificados como risco de perda possível

O Banco é parte em processos na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.
Os processos envolvem os seguintes assuntos: (a) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no valor de R$ 452 (2021 - R$ 425); (b) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes de desmutualização da BOVESPA no valor de R$ 5.182 (2021 - R$ 4.907); (c) IRPJ relativo aos exercícios de 2009 a 2011, em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores no valor de R$ 10.167 (2021 - R$ 9.552); e (d) IRPJ relativo ao exercício de 2014, em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores no valor de R$ 7.916 (2021 - R$ 7.296), atualizados pela Selic acumulada desde a data do auto de infração até 31 de dezembro de 2022.

b. Cláusula para compensação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

O Banco tem celebrado com certas contrapartes os Contratos Globais de Derivativos ("CGDs") que possuem cláusulas de compensação ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/05, conforme alterada. Tais cláusulas estabelecem, de modo geral, a compensação das obrigações decorrentes das operações de derivativos vigentes e futuras cursadas com tais contrapartes. O registro dos CGDs contendo cláusulas de compensação é feito na CETIP. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no Balanço Patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação de valores.

c. Receitas de prestação de serviço

Em 31 de dezembro de 2022, receitas de prestação de serviços referem-se a:

	2022	2021
Rendas de serviços prestados a ligadas (1)	524.056	521.014
Rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica (2)	158.091	184.727
Rendas de comissões de colocação de títulos	8.215	72.195
Rendas de gestão de fundos de investimentos (3)	11.859	10.830
Total	**702.221**	**788.766**

1. Referem-se a receitas com taxa de *clearing* e rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestadas a partes relacionadas.
2. Referem-se a rendas de serviços prestados a terceiros.
3. Rendas de gestão de fundos de investimentos são compostas, na sua totalidade, por receita com partes relacionadas.

d. Benefícios a empregados e despesas de remuneração da Diretoria

Em 31 de dezembro de 2022, benefícios de curto prazo a empregados e despesas de remuneração da Diretoria referem-se a:

	2022	2021
Proventos	278.020	290.575
Encargos	91.980	99.092
Benefícios e treinamentos	33.589	28.171
Total	**403.589**	**417.838**

Conforme Resolução CMN nº 4.877/20, que dispõe sobre os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, a Administração do Banco, através de estudo técnico, verificou que não há passivo atuarial a ser reconhecido nos termos do referido Pronunciamento Técnico para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

e. Outras despesas administrativas

Em 31 de dezembro de 2022, outras despesas administrativas referem-se a:

	2022	2021
Serviços do sistema financeiro (1)	55.233	85.001
Serviços técnicos especializados (2)	28.501	19.815
Processamento de dados	16.146	12.302
Aluguel	15.595	14.034
Depreciação e amortização	10.659	6.981
Materiais, manutenção e conservação de bens	5.909	4.135
Serviços de terceiros	5.798	5.823
Comunicação, publicações, propaganda e publicidade	4.528	3.967
Viagens	6.959	1.662
Seguros, vigilância e segurança	3.743	3.017
Promoções e relações públicas	1.029	943
Outras despesas administrativas	14.203	12.870
Total	**168.303**	**170.550**

1. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, serviços do sistema financeiro incluem comissões por indicação ("*referral fees*") e comissões de distribuição de Certificados de Operações Estruturadas ("COE") emitidos pelo Banco.
2. Em 31 de dezembro de 2022, serviços técnicos especializados incluem serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira, contratados com partes relacionadas, no valor de R$ 24.599 (2021 - R$ 11.536).

f. Despesas tributárias

Em 31 de dezembro de 2022, despesas tributárias referem-se a:

	2022	2021
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	35.258	38.415
Despesas de contribuição ao PIS/COFINS	42.862	30.784
Outras contribuições	5.525	3.974
Despesas tributárias - IOF	415	327
Total	**84.060**	**73.500**

g. Outras receitas/(despesas) operacionais

Referem-se, substancialmente, a receita de estabilização no valor de R$ 19.848 (2021 - R$ 15.982) compensada pela variação cambial negativa sobre saldos registrados em moeda estrangeira no valor de R$ 4.332 (2021 - receita de R$ 7.267).

h. Resultado não operacional

Refere-se, substancialmente, à receita decorrente da (i) locação de ativos, conforme descrito no "Instrumento Particular de Aluguel de Ativos", firmado na data de 28 de junho de 2013, e (ii) sublocação de imóvel, conforme descrito no "Instrumento Particular de Sublocação para fins não Residenciais", firmado na data de 04 de fevereiro de 2013, ambos entre o Banco e a Corretora, no montante de R$ 2.504 (2021 - R$ 2.366).

i. Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período. Considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco apresenta a totalidade do seu resultado no montante de R$ 493.906 segregado como recorrente (2021 - R$ 271.511).
Conforme descrito na nota 12 (b), em conformidade com as normas contábeis aplicadas às Instituições financeiras, a conversão de transações denominadas em moedas estrangeiras para a moeda nacional deve ser efetuada utilizando-se a taxa PTAX divulgada pelo BACEN, enquanto os demais instrumentos financeiros são convertidos pela taxa Spot interna utilizada para apuração dos seus devidos valores de mercado. Em função do descasamento entre as taxas Spot vs. PTAX na contabilidade, no último dia útil do exercício fiscal de 2022, o Banco auferiu resultado positivo em função do descasamento de variação cambial, no valor de R$ 179.164, antes da tributação sobre o lucro e participações em função do descasamento entre as taxas Spot vs. PTAX na contabilidade (Spot interna da Goldman Sachs: 5,28853 e PTAX: 5,2177).
Como o resultado é temporário, a sua reversão foi registrada na liquidação das operações denominadas em dólar, ou seja, ao longo do mês de janeiro de 2023.
A faculdade de se utilizar a taxa alternativa prevista no Art. 5º § 1º da Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021, não foi implementada pelo Banco em função da publicação do Ato Declaratório Executivo Cosit Nº 36, de 06 de Dezembro de 2021, emitido pela Receita Federal do Brasil (RFB), instituindo que, caso a instituição adotasse a taxa alternativa para fins contábeis, ela não seria aceita para fins fiscais. Adicionalmente, como o Ato Declaratório foi publicado no final do exercício de 2021, não houve tempo hábil para desenvolver os controles requeridos pela RFB, a partir de 01 de janeiro de 2022. Distorções dessa natureza ocorrem todos os meses. Contudo, devido ao tamanho da exposição no final do exercício de 2022, o impacto foi significativamente maior do que em outros meses do exercício encerrado em dezembro de 2022 e em exercícios anteriores.

19 LIMITES OPERACIONAIS

Índice de Basileia e de imobilização

O Banco adota a apuração dos limites operacionais de forma consolidada, tomando como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, em conformidade com as diretrizes do BACEN.
Em 31 de dezembro de 2022, o índice de Basileia apurado de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, com base no Conglomerado Prudencial é de 17,72% (2021 - 21,77%), sendo o Patrimônio de Referência de R$ 2.845.230 (2021 - R$ 2.363.028).
O índice de imobilização do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2022 é de 0,89% (2021 - 0,65%).

20 EVENTOS SUBSEQUENTES

I. Em 19 de janeiro de 2023, uma empresa brasileira de grande porte, a qual era contraparte do Grupo Goldman Sachs em contratos de derivativos, teve o seu pedido de recuperação judicial aprovado pelo judiciário brasileiro. Na decisão que aprova a recuperação judicial, foi confirmada a possibilidade de vencimento antecipado, compensação e execução de garantias no âmbito de operações de derivativos de balcão conforme expressamente previsto na Lei Brasileira de Falências e Recuperação de Empresas. O Banco e sua coligada no exterior, a Goldman Sachs International ("GSI"), mantinham operações de derivativos de balcão com entidades do referido grupo empresarial e em decorrência da recuperação judicial exerceram o direito de vencimento antecipado e execução das garantias, conforme previsto nos respectivos contratos, cessando assim qualquer exposição do Banco perante a empresa, permanecendo unicamente a exposição da GSI no exterior.
II. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 31 de janeiro de 2023, foi aprovado o aumento de capital no montante de R$ 276.000, mediante a emissão de 276.000.000 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R$ 1 (hum real) cada, oriundo de Reservas de Lucros.

DIRETORIA

André dos Santos Mendonça
Juliano Meira Campos Arruda
Kathia Aparecida Autuori
Paula Penna Moreira
Ricardo Donisete Stabile
Ricardo Genis Mourão
Ricardo Henrique Tardelli Bellissi
Silvia Regina C. Valente

CONTADORA

Tatiana L. M. Navarro Baldivieso
CRC 1SP240271/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (notas 3 (c) e 8 (e))

O Banco atua de forma significativa no mercado de derivativos, tais operações são mensuradas ao valor justo, para as quais os preços, indexadores e parâmetros são observáveis no mercado, com a utilização de modelos internos de precificação.
Mantivemos essa uma área de foco de auditoria devido ao uso de modelos internos de mensuração do valor justo que poderiam produzir variações no valor justo diferentes daquelas estimadas pela administração.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles relevantes identificados no processo de mensuração a valor justo dos instrumentos derivativos.
Nossos procedimentos também consideraram a reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica dos sistemas, verificação de dados das operações com a posição de custódia e, em base amostral, a verificação dos contratos para obter o conforto sobre a acuracidade dos dados das operações considerados no cálculo do valor justo.
Com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros derivativos, analisamos as principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros. Reperformamos, em base amostral, a valorização de determinadas operações, bem como comparamos as premissas e metodologias utilizadas pela administração com as melhores práticas de mercado e analisamos a consistência das metodologias e premissas com as aplicadas em períodos anteriores.
Consideramos que os modelos e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas em notas explicativas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria do Banco.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de março de 2023

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador - CRC 1SP213429/O-7

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Único do Conglomerado ("Comitê") tem por finalidade auxiliar as diretorias do Banco e da Corretora no que diz respeito à avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna do Conglomerado, bem como à revisão das demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer da auditoria independente do Conglomerado, dentre outras atribuições. O Comitê foi constituído em Assembleia Geral Extraordinária do Banco realizada em 29 de janeiro de 2016, homologado pelo BACEN em 09 de março de 2016, e instalado em 31 de março de 2016 mediante reunião extraordinária de seus membros. Atualmente, o Comitê é composto por três membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê no âmbito de suas atribuições para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, destacam-se: (a) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna do Conglomerado; (b) a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e da Corretora. Para assegurar a efetividade do ambiente de controles internos e dos trabalhos das auditorias independente e interna, o Comitê abordou diversas atividades de controle exercidas sob a égide de um conjunto de políticas e procedimentos que objetivam a aderência a dispositivos legais e regulamentares, com ênfase nos processos de avaliação de risco e detecção de eventuais deficiências existentes. No contexto da avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna, nenhuma deficiência relevante foi identificada. O Comitê também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados os respectivos planos de auditoria, inclusive no tocante à independência e à qualidade dos trabalhos, tendo concluído que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna foram adequados e compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê considera que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 do Conglomerado foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, e em cumprimento das normas editadas pelo BACEN.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

Canal de Comunicação com o Público Goldman Sachs Brasil: 0800 727 5764 e/ou contatogoldmanbrasil@gs.com. Horário de funcionamento: segunda-feira à sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 02/03/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/02/GOLDMANSACHS1568001002032023.pdf

Hash:1677711480314c8f0bb89e483f8ebe8dd8806b5a95